

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XL • Nº 414 • Brasília-DF • Abril 2019

ESPECIAL
Cimi Sul
PARTE 2

Barragem Norte
ainda provoca
deslocamentos
internos do povo
Xokleng

Páginas 6 e 7

Lideranças indígenas
denunciam governo
Bolsonaro na ONU
e nas ruas

Páginas 2, 3, 4 e 5

ATL 2019 O Alvorecer da Resistência

O 15º Acampamento Terra Livre (ATL) é a primeira grande mobilização nacional contra o governo Bolsonaro. Na Esplanada dos Ministérios, cerca de 3 mil indígenas protestaram em defesa de seus direitos e vidas se opondo aos retrocessos de uma gestão racista, homofóbica e contra os trabalhadores e trabalhadoras

Páginas 8, 9, 10 e 11

Povos indígenas vão às ruas para denunciar o governo Bolsonaro

Tem-se pelo pior. Chegou a se cogitar a não realização do Acampamento Terra Livre (ATL) 2019, substituindo-o por uma vigília de um ou dois dias na frente do Supremo Tribunal Federal (STF), em vista do caso de Repercussão Geral. A virulência do governo Jair Bolsonaro, com declarações hostis e de incitação ao ódio, poderiam recair sobre os povos indígenas de duas maneiras: o aparato policial ser levado a reprimir com violência os indígenas e com os seguidores fanáticos e agressivos do presidente se deslocando à Esplanada dos Ministérios para criar conflitos, justificar intervenções opressivas e a dispersão do acampamento.

A decisão da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e de organizações aliadas, entre elas o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), acabou sendo a de manter o ATL 2019 de pé. Cerca de 3 mil indígenas então se encaminharam à Esplanada dos Ministérios e, mais uma vez, foram a vanguarda das mobilizações populares contra governos de baixa democracia e, como no caso de Jair Bolsonaro, com inspirações fascistas e de nenhum apreço pela Constituição em vigência. Como havia acontecido no Janeiro Indígena, as mobilizações não atendem apenas aos interesses dos povos indígenas, mas a defesa intransigente da democracia.

Entre os dias 24 e 26 de abril, os indígenas marcharam entre os ministérios, levaram suas reivindicações

ao Poder Público e mostraram que o atual governo se nega ao diálogo. Além das dificuldades de conseguir audiências, os indígenas esbarraram na total negatividade de Bolsonaro de atendê-los e ouvir suas reivindicações. O presidente tomou por decisão ouvir apenas alguns indígenas que concordam com suas ideias e com seu modo autoritário de Sargento Tainha: aquele militar da história em quadrinho Recruta Zero, que faz muita pose, mas sempre termina fazendo alguma trapalhada, falando besteira e revelando de um modo cômico o quanto o autoritarismo tem de cruel e tosco.

A tendência é que as mobilizações indígenas não cessem. Com elas virão as dos demais movimentos sociais, sobretudo contra a Reforma da Previdência. Não tem sido fácil para o agronegócio enfrentar os povos indígenas desde o governo Dilma Rousseff. O grupo consegue algumas portarias, paralisar procedimentos, descontinuar a política indigenista, mas segue enfrentando enorme resistência para mudar a Constituição, as leis vigentes e a integração dos povos indígenas à sociedade que os envolve. É certo que a violência atinge índices alarmantes, relacionada às invasões territoriais, ameaças e atentados estimulados por um ambiente onde o chefe do Poder Executivo é o primeiro a incentivar, sobretudo no ambiente virtual, as agressões. Fato é que Bolsonaro terá de lidar nas ruas com aquilo que ele provoca e gera nas redes sociais.

Porantinadas

ATL 1: Moro e o autoritarismo

O ex-juiz Sérgio Moro, atual ministro da Justiça e Segurança Pública, não apenas flerta com o autoritarismo, mas o incentiva. Duas semanas antes do início do ATL 2019, baixou uma portaria autorizando o uso da Força Nacional na Esplanada dos Ministérios. O despacho tinha alvo declarado: o Acampamento Terra Livre (ATL). Dias antes da decisão, o presidente Jair Bolsonaro declarou que 10 mil indígenas iam para Brasília fazer baderna. Prontamente o capacho levado de Curitiba para a Capital Federal decidiu atender o reclame mentiroso do chefe.

ATL 2: Moro e o Governo do Distrito Federal

Programado para acontecer no quadrante 2, o segundo gramado após a Alameda dos Estados, na frente do Congresso Nacional, o ATL 2019 foi levado para o gramado do Teatro Nacional. A decisão ocorreu depois de negociação pacífica das lideranças indígenas, que já estavam com suas delegações no quadrante 2, com a Secretaria de Segurança do Distrito Federal. O governador Ibaneis Rocha (MDB) teria ficado contrariado com a decisão de Moro pela Força Nacional e mandou o recado de que na Esplanada, área do Distrito Federal, quem mandava era ele. Ressaltou ainda que os indígenas não eram violentos e, pela primeira vez, a Polícia Militar também não foi.

ATL 3: Moro acoberta as mentiras do chefe

Moro se acostumou a acobertar ou a relevar as mentiras contadas nas redes sociais e indícios de envolvimento da família Bolsonaro com grupos de milícias do Rio de Janeiro. O presidente alardeou 10 mil indígenas em Brasília, possibilidades de arruaças e tudo patrocinado com o dinheiro do contribuinte. Foram 3 mil indígenas, não houve nenhum excesso por parte dos indígenas, mesmo com a truculência do governo, e o ATL 2019 foi bancado pelos próprios povos, suas organizações políticas e contando com o apoio de doações e aliados da causa indígena.



Delegação indígena denuncia governo Bolsonaro em Fórum Permanente da ONU

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação – Cimi

Enquanto o 15º Acampamento Terra Livre (ATL) levou a Brasília, entre os dias 24 e 26 de abril, as principais pautas dos povos indígenas, em Nova York uma delegação composta por indígenas e indigenistas do Brasil participou, no mesmo período, do Fórum Permanente sobre Questões Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU).

No dia 23 de abril, a coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Sônia Guajajara, se pronunciou ao Plenário do Fórum. Ela explica que pediu ajuda “à comunidade internacional para intensificar o boicote aos produtos do agronegócio que sejam oriundos de áreas de conflito”.

A liderança afirmou às Nações Unidas que a democracia no Brasil “está sangrando, a terra está gritando e as pessoas não estão conseguindo fazer a conexão com a Mãe Terra”. Sônia frisou o caráter autoritário do governo Jair Bolsonaro e as posições públicas do presidente que negam os direitos e a existência dos povos indígenas.

“Isso se mostra no discurso dele (Bolsonaro) do assimilacionismo dos povos indígenas à sociedade, que é o nosso desaparecimento. Sem direitos, fora das nossas terras para serem devastadas pela mineração e agronegócio, e a gente servindo de mão de obra barata nas cidades ou nas fazendas”, destacou.

Sônia levou para a comunidade internacional um discurso de Bolsonaro, feito em 1998, onde o então deputado federal “chama a cavalaria do Brasil de incompetente e que boa mesmo era a dos EUA, que dizimou os indígenas”. Para a liderança indígena da Apib, o discurso de ódio do presidente tem levado violência ao campo brasileiro.

Logo o resultado das eleições presidenciais se consolidou nas urnas, em outubro de 2018, uma onda de violência chegou às terras indígenas espalhadas pelo país. Segundo levantamento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), pelo menos seis terras indígenas foram invadidas em diferentes regiões do país. Somadas as ameaças e atentados, este número chega a 18, conforme a Apib.

Dados levados ao Fórum Permanente junto com um dossiê das inamistosas medidas do governo logo nos primeiros dias de 2019. A partir da medida provisória que estabeleceu a nova estrutura do governo, a Fundação Nacional do Índio (Funai) foi retirada do Ministério da Justiça e levada ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

A demarcação das terras indígenas, por sua vez, não continuou com a Funai, esvaziando o órgão indigenista, e seguiu para a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, pasta comandada pelo ruralista Nabhan Garcia e integrada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que tem como ministra a parlamentar egressa da bancada ruralista na Câmara Federal, Tereza Cristina.

Em vista do flagrante conflito de interesses estabelecido, o governo agora pretende submeter a demarcação das terras indígenas ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), decisão questionada por nota técnica do Ministério Público Federal (MPF) e organizações indígenas e indigenistas.

“Hoje não se sabe como as demarcações ocorrerão, e se vão ocorrer. São medidas perversas deste governo, que não contente ainda extinguiu o CNPI (Conselho Nacional de Política Indigenista). São todos retrocessos inaceitáveis que seguiremos denunciando no Brasil e para o mundo”, concluiu Sônia.

A delegação organizou ainda um protesto às portas da Embaixada do Brasil, que contou com a presença de artistas nacionais e internacionais, além de ampla cobertura da imprensa americana.



Indígenas protestaram na frente da Embaixada do Brasil, em Nova York

“Enquanto esperamos as demarcações das nossas terras, tiram nossas vidas”

Fevereiro de 2013. Denilson Barbosa Guarani Kaiowá parte da aldeia de Tey’Ikuê para pescar em uma fazenda sobreposta à Terra Indígena. Horas depois, o corpo do jovem de 15 anos é encontrado baleado e distante do local em que foi assassinado.

Na delegacia de Caarapó, Orlandino Carneiro Gonçalves assumiu a autoria dos disparos mortais. Logo depois negou. Em Nova York, no dia 25 de abril, durante evento paralelo ao Fórum Permanente sobre Questões Indígenas das Nações Unidas (ONU), a versão Guarani Kaiowá para esta e outras histórias foi contada.

“Enquanto esperamos as demarcações das nossas terras, tiram nossas vidas. Câmeras nos vigiam, se entrarmos na propriedade do fazendeiro pra pescar ou caçar, só sai o corpo de cada jovem que lá entra”, disse Erileide Domingues Guarani Kaiowá.

Ao lado do vice-procurador Geral da República, Luciano Maia, e do presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Dom Roque Paloschi, a indígena falou ao painel “A importância da prevenção do genocídio na sobrevivência do conhecimento tradicional”.

“O Brasil vive um momento em que o ódio foi plantado e uma flor ruim está nascendo. Não conseguimos respirar como os não indígenas respiram. Não conseguimos dormir debaixo de lonas pensando no próximo ataque, nos idosos, nas crianças, na próxima morte”, afirmou.

O tekoha – lugar onde se é – Guyraroká possui 11 mil hectares. “Ocupamos 55 hectares com 120 famílias. Não temos esperança de plantar e de ter a nossa dignidade.

“O discurso dele (Bolsonaro) do assimilacionismo dos povos indígenas à sociedade, que é o nosso desaparecimento. Sem direitos, fora das nossas terras para serem devastadas pela mineração e agronegócio, e a gente servindo de mão de obra barata nas cidades ou nas fazendas”

diz Sônia Guajajara

Parecemos formigas em nossa aldeia”, explicou Erileide ao falar do confinamento.

“A nossa água é contaminada direto no lençol freático, pulverização na soja nos afeta... nós, povos tradicionais, que tiramos alimento do mato já acabaram contaminando tudo com agrotóxico”. Diante da comunidade internacional, a Guarani Kaiowá disse: “não conseguimos nem aproveitar o animal morto envenenado para comer”.

Erileide informou que até mesmo o sangue Guarani Kaiowá é atacado porque está poluído por agrotóxicos lançados sobre aldeias do povo, que insiste em se manter em terras tradicionais mesmo dominadas por monocultivos.

“Quando o governo brasileiro olha para os povos indígenas, somos como mortos vagando pela terra destruída. Somos ameaçados a cada minuto da nossa vida. Só por sermos vistos já somos ameaçados”.

A indígena fez um apelo: “eu peço em nome do povo Guarani Kaiowá que olhem para nós, nos ajude. Do governo brasileiro já não temos mais atenção ou esperança de seguir as nossas vidas com a nossa tradição”. O presidente Jair Bolsonaro foi descrito pela Guarani Kaiowá como um “cego que enxerga como um animal”.

“Chamam nós de invasores de territórios. Se nós retomamos um pedacinho de terra é para nossa vida e futuras gerações. Nós vamos permanecer na nossa terra. Porque o que está no papel do branco não ouve a terra que grita e os povos originários ouvem”. Cerca de 42 retomadas e acampamentos Guarani Kaiowá aguardam demarcação.

O recado para a bancada ruralista, artífice deste cenário de terror e medo, é um ensinamento generoso: “ela [a bancada] não sabe, mas ela morre também com os indígenas que morrem”. Erileide lembrou que os rezadores de seu povo convivem com os espíritos, sabem o que vem pela frente; para os não índios também.

Seu avô, Tito Vilhalva, um ancião com mais de 100 anos, mantém o sonho de se juntar aos espíritos para quem reza com a terra demarcada. “A função do mais jovem é cuidar do mais velho. Por isso fazemos retomadas, mas o jovem Guarani Kaiowá está se matando porque é chamado de invasor, ladrão, é discriminado, não vê um futuro”.

“Vamos lutar pela terra, nem que eles abram um buraco, nos matem e enterrem”, disse. Para Erileide, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) precisam garantir que os direitos indígenas sejam respeitados quando não há mais possibilidade de esperar isso do governo. ♦

Luciano Mariz Maia
 VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

“5 de Outubro de 1988 não é marco de remoção de direitos dos índios, mas de consolidação”

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação – Cimi

O vice-procurador-geral da República, Luciano Mariz Maia, acompanhou a delegação do Brasil que na segunda quinzena de abril participou do Fórum Permanente sobre Questões Indígenas das Nações Unidas, em Nova York, além de eventos paralelos relacionados aos povos indígenas e reuniões com relatorias e assessorias especiais da ONU.

Em entrevista ao *Porantim*, para falar sobre a agenda junto à comunidade internacional, o vice-procurador-geral foi taxativo quanto à tese do marco temporal, localizada em ação de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal (STF): “5 de Outubro de 1988 não é marco de remoção de direitos dos índios, mas de consolidação, renovação, reiteração”.

Maia foi recebido na ONU pelo Assessor Especial das Nações Unidas para Prevenção ao Genocídio, Adama Dieng, e, posteriormente, pela Relatora Especial das Nações Unidas para Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz.

“Houve oportunidade de chamar a atenção para o momento atual, em que tem ganhado força uma ideologia que expressa exclusão de direitos aos povos indígenas, manifesta um desvalor, estimula avanços sobre suas terras e constrói uma polaridade que os desumaniza”, explica Maia sobre a conversa com Dieng e Victoria.

Sobre o tema de prevenção ao genocídio, o vice-procurador explica que fez referência, ao assessor e à relatora da ONU, “às situações em que comunidades indígenas foram vítimas de ataques genocidas, esclarecendo o perfil dos agressores e o perfil das vítimas, no contexto brasileiro”.

O Poder Judiciário brasileiro reconheceu ter ocorrido, em apenas dois casos, genocídio de populações indígenas. Massacre da Boca do Capacete, envolvendo os Tikuna, e o Massacre de Haximu, em que garimpeiros brasileiros mataram índios Yanomami, em território venezuelano, e depois retornaram ao Brasil.

“A responsabilização do Estado brasileiro, em tais casos, se revela pela proteção insuficiente, não aparelhando suas agências a identificarem os problemas potenciais, nem agirem para a efetiva proteção territorial e das comunidades indígenas”, explica Maia que participou do evento paralelo *A responsabilidade na Prevenção de Genocídios para a sobrevivência dos Conhecimentos Tradicionais*.

Sobre a responsabilidade de proteger do Estado brasileiro, assunto tratado na ONU, o vice-procurador explica que “o Brasil precisa ter agências e órgãos estruturados, com pessoal, recursos financeiros e técnicos, e capacidade de atuação para impedir que terceiros violem direitos dos índios”.

Leia os principais trechos da entrevista com o vice-procurador-geral da República, Luciano Maia:

Como o senhor avalia a participação, junto às lideranças indígenas, no Fórum Permanente sobre Questões Indígenas da ONU e seus eventos paralelos?

A ONU é uma organização de Estados que afirma a importância do respeito aos direitos humanos de todos, como condição para a paz e para o desenvolvimento dos povos.

Essa organização internacional percebeu que é necessário abrir espaços a organizações não-governamentais, capazes de serem fontes fidedignas de informações e compartilhamento de visões e reflexões, que permitam melhor compreensão da realidade vivida por todas as dimensões concretas das pessoas, no âmbito dos Estados-partes.

Ouvir as vozes dos próprios povos indígenas, e das suas organizações e das que lutam pela promoção e defesa dos seus direitos, permitindo um diálogo informado e documentado com os Estados-partes

Nesse contexto, ouvir as vozes dos próprios povos indígenas, e das suas organizações e das que lutam pela promoção e defesa dos seus direitos, permitindo um diálogo informado e documentado com os Estados-partes, tem se revelado um caminho seguro para que os direitos humanos dos indígenas sejam assegurados nas leis e nos fatos.

De minha parte, foi edificante estar ao lado de representantes indígenas, e de organizações que as defendem no plano local, em países latinoamericanos, escutando suas vozes, no cenário da ONU como lugar de fala.

Compartilhar com a ONU e com outras nações democráticas estas preocupações é permitir ao governo do Estado brasileiro corrigir seu rumo.

Qual a importância dos indígenas do Brasil, suas organizações e seus aliados, ocuparem esses espaços de incidência com a comunidade internacional, frente ao revelado pela conjuntura brasileira?

Um governo é um conjunto de forças políticas, desejoso de implementar programas que entende melhor realize o bem comum. Sendo forças políticas vivas, um governo que ascende ao poder muitas vezes que não só fazer diferente, mas fazer o contrário de governos que lhe antecederam.

A ONU é espaço internacional em que o Estado brasileiro – e não apenas o governo daquele momento – é lembrado sobre suas obrigações internacionais para com os demais Estados-partes, e para com seu próprio povo, não em razão de opiniões e políticas de governos, mas em razão de marcos normativos vinculantes.



Vice-procurador-geral da República em pronunciamento durante evento sobre prevenção ao genocídio

A conjuntura política do Brasil hoje, em que o governo inaugurado em 1o de janeiro de 2019 discursa contra os índios e seus direitos às terras, que retira da Funai (a maior agência indigenista governamental do mundo) o papel de responsável pela demarcação de terras indígenas, transferindo essas atividades para setor do governo responsável pelo fomento às atividades produtivas diretamente relacionadas às violações dos direitos dos índios (o Ministério da Agricultura), não é só preocupante, mas é expressão concreta de risco agravado à vida e à segurança pessoal dos povos indígenas.

Compartilhar com a ONU e com outras nações democráticas estas preocupações é permitir ao governo do Estado brasileiro corrigir seu rumo, e evitar danos e até previsíveis atrocidades massivas contra os povos originários do Brasil.

O senhor participou de denúncias que resultaram em condenação por crime de genocídio no Brasil. Sabemos também que a 6 CCR, nos últimos anos, tem se dedicado a estudar o tema. Qual a responsabilidade do Brasil frente a estas situações, à legislação internacional, e quais medidas o MPF está tomando quanto a prevenção?

O Poder Judiciário do Estado brasileiro reconheceu ter havido crime de genocídio em dois casos emblemáticos, condenando os responsáveis nas penas previstas na Lei 2.889/1956. O primeiro a ser denunciado foi o chamado Massacre da Boca do Capacete, vitimizando índios Tikuna, que lutavam pela demarcação de suas terras. O segundo, do qual participei, foi o Massacre de Haximu, em que garimpeiros brasileiros mataram índios Yanomami, em território venezuelano, e depois retornaram ao Brasil.

Ambos os casos revelam que, no contexto brasileiro, as vítimas são comunidades indígenas que têm seus territórios invadidos por não índios, em razão do interesse econômico sobre bens e riquezas ali encontrados (garimpo de ouro e diamantes, madeira, e mesmo as terras, a serem tomadas para a agricultura e pecuária).

A responsabilização do Estado brasileiro, em tais casos, se revela pela proteção insuficiente, não aparelhando suas agências a identificarem os problemas potenciais, nem agirem para a efetiva proteção territorial e das comunidades indígenas.

O senhor se reuniu com o Assessor Especial das Nações Unidas de Prevenção de Genocídio? Como o MPF pode contribuir com a interculturalização dos fatores de risco, elaborados pelo escritório de prevenção?

Reuni-me com o Assessor Especial (das Nações Unidas) para Prevenção ao Genocídio, Sr. Adama Dieng e com sua assessoria, e posteriormente com a Relatora Especial (das Nações Unidas) para Direitos dos Povos



O vice-procurador durante reunião com o presidente da Funai, Franklimberg Ribeiro de Freitas

A conjuntura política do Brasil hoje, em que o governo inaugurado em 1º de janeiro de 2019 discursa contra os índios e seus direitos às terras, é a expressão concreta do risco agravado à vida e à segurança pessoal dos povos indígenas

assumido voluntariamente o dever de dar seguimento, no âmbito interno, doméstico, das recomendações dos órgãos internacionais de monitoramento dos direitos humanos, de modo a tornar efetivo o respeito pelo Estado brasileiro às obrigações previstas nos tratados.

Especificamente sobre o tema de prevenção ao genocídio, fiz referência às situações em que comunidades indígenas foram vítimas de ataques genocidas, esclarecendo o perfil dos agressores e o perfil das vítimas, no contexto brasileiro.

Houve oportunidade de chamar a atenção para o momento atual, em que tem ganhado força uma ideologia que expressa exclusão de direitos aos povos indígenas, manifesta um desvalor dos mesmos, estimula avanços sobre suas terras e constrói uma polaridade que os desumaniza.

Esses fatores se enquadram nas situações que apontam para o agravamento de riscos de ocorrência de violações massivas contra os índios, exigindo adoção de medidas de alerta precoce e resposta rápida por parte das instituições democráticas, estando a 6ª Câmara à frente da implementação de um tal mecanismo em seu âmbito, em estreita articulação com as organizações e comunidades indígenas, e outras agências de promoção e defesa dos direitos humanos.

A Procuradora-Geral da República, recentemente, se pronunciou a respeito das mudanças que a MP 870 promoveu nas demarcações. O senhor abordou este assunto em seus pronunciamentos em Nova York? Há conflito de interesse neste caso? O que esperar a respeito dessas mudanças?

As obrigações internacionais, previstas nos tratados de direitos humanos de que o Brasil é parte, têm várias dimensões. Há as dimensões de reconhecer direitos (o Brasil fez isso em sua Constituição e em muitas leis), respeitar (o próprio

Indígenas, Victoria Tauli-Corpus.

A ambos expliquei que a ida de representante do Ministério Público Federal, credenciado por organizações não governamentais, expressava a posição que a instituição adota aqui no Brasil: está ao lado dos povos indígenas e das minorias, e tem dever constitucional de defender seus direitos e interesses legítimos.

Ainda, a Procuradoria-Geral da República, tanto pela palavra direta da Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, quanto pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Povos Indígenas e Populações Tradicionais) e Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos (PFDC), tinha

assumido voluntariamente o dever de dar seguimento, no âmbito interno, doméstico, das recomendações dos órgãos internacionais de monitoramento dos direitos humanos, de modo a tornar efetivo o respeito pelo Estado brasileiro às obrigações previstas nos tratados.

Especificamente sobre o tema de prevenção ao genocídio, fiz referência às situações em que comunidades indígenas foram vítimas de ataques genocidas, esclarecendo o perfil dos agressores e o perfil das vítimas, no contexto brasileiro.

Houve oportunidade de chamar a atenção para o momento atual, em que tem ganhado força uma ideologia que expressa exclusão de direitos aos povos indígenas, manifesta um desvalor dos mesmos, estimula avanços sobre suas terras e constrói uma polaridade que os desumaniza.

Esses fatores se enquadram nas situações que apontam para o agravamento de riscos de ocorrência de violações massivas contra os índios, exigindo adoção de medidas de alerta precoce e resposta rápida por parte das instituições democráticas, estando a 6ª Câmara à frente da implementação de um tal mecanismo em seu âmbito, em estreita articulação com as organizações e comunidades indígenas, e outras agências de promoção e defesa dos direitos humanos.

A Procuradora-Geral da República, recentemente, se pronunciou a respeito das mudanças que a MP 870 promoveu nas demarcações. O senhor abordou este assunto em seus pronunciamentos em Nova York? Há conflito de interesse neste caso? O que esperar a respeito dessas mudanças?

As obrigações internacionais, previstas nos tratados de direitos humanos de que o Brasil é parte, têm várias dimensões. Há as dimensões de reconhecer direitos (o Brasil fez isso em sua Constituição e em muitas leis), respeitar (o próprio

Estado e suas agências não pode adotar legislação ou política pública que viole o direito), proteger (o Estado precisa estruturar-se em termos de agências e órgãos que tenham pessoal, recursos financeiros e técnicos, e capacidade de atuação para impedir que terceiros violem direitos dos índios), e, finalmente, implementar (no caso dos índios, demarcar suas terras, assegurar desenvolvimento étnico sustentável, garantir os demais direitos sociais – saúde, educação).

A obrigação de demarcar as terras indígenas e de proteger todos os seus bens é da União Federal. A Funai, desde sua criação, vem desempenhando essa função. Hoje a Funai é mais que uma agência governamental indigenista. É a maior agência do gênero no mundo. O conhecimento acumulado a torna respeitada nacional e internacionalmente.

Quando o presidente da República, por ato seu – a Medida Provisória 870 –, retira da Funai essa atribuição, sem dotar o novo órgão com o conhecimento científico, a capacidade técnica, os recursos humanos e materiais necessários, sendo ainda esse novo órgão (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento), historicamente, o responsável pelo incentivo direto às atividades que mais violam os direitos dos índios, traz para si a responsabilidade direta sobre os destinos dos índios no Brasil, e todos os riscos das violações em massa, em tudo previsíveis, e por vezes já realizados em eventos do passado.

A decisão do ministro deixou claro que, não importa qual seja a agência governamental a responsável, importa que cumpra a Constituição. Esse passa a ser o desafio e o dilema do novo governo.

Durante o ATL, em Brasília, os indígenas pautaram à exaustão a questão do marco temporal e agora a relação desta tese com o caso de Repercussão Geral do STF, envolvendo o processo de uma terra Xokleng. Qual a leitura do senhor sobre a tese do marco temporal? Em que lugar se encaixa o Indigenato nessa discussão?

No contexto brasileiro, as vítimas são comunidades indígenas que têm seus territórios invadidos por não índios, em razão do interesse econômico sobre bens e riquezas ali encontrados

O Supremo Tribunal Federal reconhece e respeita o instituto do indigenato, que é o reconhecimento de uma condição de índio, que antecede ao Estado brasileiro, torná-lo titular dos direitos originários às terras de ocupação tradicional.

O Supremo reconhece e respeita que o marco constitucional dos direitos dos índios é a Constituição de 1934, em que há expressa proteção às terras dos índios. E que todas as demais Constituições que se seguiram alargaram essa proteção jurídica.

Portanto, na predominante, consistente, reiterada, clara jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Constituição de 1988 e as leis instrumentalizam a melhor forma de proteção dos direitos dos índios, mas esses direitos antecedem a própria Constituição. 5 de Outubro de 1988 não é marco de remoção de direitos dos índios, mas de consolidação, renovação, reiteração.

Quais são os deveres internacionais do Brasil frente ao princípio de responsabilidade de proteger? E como uma decisão contrária ao indigenato com Repercussão Geral pode configurar como um fator de risco?

A responsabilidade de proteger é a terceira dimensão das obrigações de um Estado: reconhecer, respeitar, proteger e implementar. O Brasil, para proteger, precisa ter agências e órgãos estruturados, com pessoal, recursos financeiros e técnicos, e capacidade de atuação para impedir que terceiros violem direitos dos índios.

Há, ainda, proibição de retrocesso. Uma decisão governamental contrária ao indigenato – aos direitos dos índios às terras de ocupação tradicional – evidenciaria não reconhecimento de direitos, configuraria forma agravada de desrespeito aos direitos dos índios, e serviria de incentivo à violação por terceiros.

As consequências para os índios e para o Estado brasileiro são tão sérias e graves que há uma confiança na integridade das instituições e no papel do Supremo Tribunal Federal, de guardião da Constituição, que não permitirá que se chegue a tal nível de violação.

Qual a análise do senhor a respeito da manifestação da APIB de que o STF se tornou o único espaço onde os povos indígenas podem conseguir um tratamento adequado aos seus direitos entre os Três Poderes da República?

O Supremo Tribunal Federal é guardião da Constituição, e guardião dos direitos dos índios. Uma democracia é qualificada não apenas pelo respeito à vontade da maioria, mas igualmente, e essencialmente, pelo respeito aos direitos

A obrigação de demarcar as terras indígenas e de proteger todos os seus bens é da União Federal. A Funai, desde sua criação, vem desempenhando essa função

fundamentais das minorias. O Supremo tem um conjunto de decisões que confere reconhecimento e respeito aos direitos dos índios, e, portanto, autoriza essa confiança da APIB na mais alta corte do país.

Por outro lado, tem sido possível perceber mudanças no Parlamento, e também ali os índios têm vozes que defendem seus direitos, e se levantam contra abusos e violações.

Numa democracia, o Parlamento é o seu pulmão. Deve ser defendido e fortalecido, assim como se deve defender e fortale-

cer o papel da Suprema Corte.

Repasso ao senhor perguntas que os indígenas têm feito: que órgão demarcará as terras indígenas? Quem publicará os relatórios? Como fica o Decreto 1775? Ele ainda vale? De quem os indígenas devem cobrar a regulamentação de suas terras?

O presidente da República, com a MP 870, trouxe para si toda a responsabilidade da demarcação das terras indígenas. As primeiras solicitações podem ser dirigidas ao presidente.

Ainda pela MP 870, o Ministério da Justiça tem o dever de defender e proteger todos os bens da União, e terras indígenas são bens da União. Não demarcá-las nem protegê-las contra ataques de particulares é permitir ilegal privatização da coisa pública, com destruição cultural – e por vezes física – dos seus legítimos titulares. Também ao ministro da Justiça podem os índios dirigir-se.

De igual modo, àqueles novos atores, aos quais a MP tornou responsáveis pela demarcação, nomeadamente a quem estiver à frente do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Finalmente, à Funai. Não importa onde esteja e como esteja, a Funai traz em si uma história tão extraordinária de afirmação e defesa da causa indígena que deve ser resgatada a seu protagonismo de sempre, vencendo as limitações que ocasionalmente lhe estão sendo impostas. ♦

A Barragem Norte e o deslocamento forçado do povo Xokleng

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação - Cimi

A Barragem Norte armazena 357 milhões de metros cúbicos de água. É a maior estrutura do tipo no país e construída para evitar cheias em municípios do Vale do Itajaí (SC), caso de José Boiteux e Ibirama seguindo até Blumenau. Por volta de 1,2 milhão de habitantes são beneficiados pela barragem, que entre os meses de junho, julho e agosto retém uma enxurrada com potencial de destruir tudo o que estiver pela frente abaixo da cota de inundação. O que significa segurança para milhares de pessoas, se converte em tragédia para o povo Xokleng da Terra Indígena Ibirama-Laklaño. Pelo território tradicional passa o rio Itajaí. Na área onde ficava a antiga aldeia Sede, a única em que o povo vivia até a construção do empreendimento, um trecho do rio foi guilhotinado pelo paredão de concreto da Barragem Norte.

Do início das obras, durante a ditadura militar, no final da década de 1970, até os dias de hoje, o Governo do Estado de Santa Catarina nunca apresentou sequer o estudo de impacto ambiental da barragem. Os programas de mitigação tampouco foram finalizados. Como abordamos na edição anterior do Porantim, as consequências foram dissociativas para os Xokleng por três fatores: reduziu drasticamente as áreas planas e boas para a agricultura, também de moradia, degradando o rio, produzindo cheias no inverno, que inundam uma outra parte importante do território, e impondo estiagem nas outras estações, matando os peixes; a barragem e sua zona de impacto estão dentro dos parques 14 mil hectares remanescentes de todo o esbulho promovido no decorrer do século XX no território tradicional Xokleng; por fim, os indígenas partiram de uma aldeia formando outras oito, enfraquecendo a agência do povo e sua organização social, sendo levados ao deslocamento interno forçado - e até os dias atuais essa perambulação ainda não acabou. Por isso os Xokleng reivindicaram e a Fundação Nacional do Índio (Funai) demarcou 37 mil hectares (com os 14 mil inclusos). A Procuradoria do Governo do Estado de Santa Catarina foi à Justiça para cancelar a demarcação. O processo chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), tendo como base a tese do Marco Temporal, convertendo-se em um caso de Repercussão Geral, como vimos na edição anterior do Porantim.



Na foto, o reservatório de contenção da Barragem. A aldeia Barragem sofre com os impactos diretos das cheias, mas seus moradores não têm para onde se deslocar



Casa entregue pelo plano de mitigação já destruída pela erosão do solo: foram construídas nas margens de barrancos e em terreno instável

O interlúdio que você acaba de ler atende ao objetivo de lembrar aos leitores as razões que levam à situação ilustrada pelas declarações do cacique geral do povo Xokleng, Tucum Gakran. “Parte do povo vive tendo que andar de um lado para o outro, como é o caso do povo da (aldeia) Figueira, que busca terrenos mais firmes para construir suas casas. Já perderam casas, né, que cederam junto com o barranco, racharam no meio. Acontece até hoje. Outros (Xokleng) se mudaram para o Bonsucesso, outros pro lado de Victor Meirelles. (Há ainda) Os que acabaram indo pros terrenos que estão dentro dos 37 mil, mas seguem ocupados por não indígenas. Locais de conflitos”, explica cacique Tucum. Outros deslocados Xokleng vivem em cidades como Presidente Getúlio e Blumenau. Trabalham em malharias, frigoríficos e madeireiras, muitas

vezes as mesmas que usufruem do desmatamento e da plantação de vegetação exógena, atendendo demandas do mercado madeireiro, nas florestas que os Xokleng buscam preservar na Terra Indígena.

“Os terrenos para plantar são poucos e pequenos. Uns até cultivam pepino, beterraba, feijão, mas é pouquinho. Mal alimenta a família. Não adianta assim. Então muitos Xokleng aqui da terra saem de madrugada para trabalhar nas cidades e voltam no final do dia. Se você caminhar pelas casas a essa hora, vai ver que estão só as crianças e uns poucos adultos cuidando. No geral as avós. Sem praticar nossa agricultura, sem pescar, sem andar livremente, sem ter condições de fazer as casas... isso vai enfraquecendo, obrigando a esses deslocamentos”, diz o cacique. Em linhas gerais, os Xokleng estão cercados por madeireiros, plantações de fumo e confinados em 14 mil hectares que dividem com uma barragem e todo o raio de seu impacto.

Conforme o cacique Tucum, os Xokleng gostariam que “as autoridades olhassem com mais atenção porque nós só temos esse pedacinho de terra, onde fomos pacificados, na beira do rio, e que não tem como sobreviver aqui se a demarcação não for confirmada”. A liderança do povo mostra áreas de erosão aparente. “Aqui pra trás da minha casa caiu uma barreira de 10 metros. Quando tem a cheia do rio, a água chega perto e depois vai secando e descendo... deixando a terra dos barrancos desmoronando aos poucos”, revela. Em agosto de 2014, nem mesmo a Barragem Norte parecia capaz de conter a água. “Todo dia íamos lá olhar e tínhamos a certeza de que ia inundar, ia ultrapassar o paredão. Foi por muito pouco. Se acontecer de a barragem não segurar, aí perdemos quase tudo nesses 14 mil hectares”, conta. Igreja, casas, centro de convivência, escola: tudo iria desaparecer em poucos minutos.

Justamente por isso os Xokleng ainda brigam na Justiça Federal pela realização dos estudos de impacto ambiental. O processo ficou anos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) antes de seguir para o STF, que devolveu a papelada à Justiça Federal de Blumenau sem determinar um desfecho para o imbróglio. A reivindicação dos indígenas segue em alguma gaveta da burocracia judicial, sem encaminhamento. “Realizar esses estudos obrigaria o governo a tomar providências, que não são poucas. Desde a chamada Greve de 1991, o povo Xokleng tem direito à mitigação, que quase 30 anos depois ainda não foi concluída. Então por isso esse estudo não sai”, analisa Osmarina Oliveira, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Sul. “Aqui vivemos nas beiradas dos barrancos e sabemos a hora de ir embora quando as rachaduras começam a abrir as paredes”, lamenta o cacique Tucum.

Programa Ibirama

A chamada greve de 1991 foi uma ocupação realizada pelos Xokleng ao canteiro de obras levantado pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) na Barragem Norte. O objetivo era realizar reparos. Já os indígenas queriam a indenização pelos prejuízos irreparáveis que a barragem levou a eles. Deste momento de insurgência do povo é criado o Programa Ibirama, em 1992. Casas, escola de 285 metros, estradas, ponte, quadras e recursos financeiros fazem parte do programa. “Achava que hoje haveria um investimento de 2 milhões, mas 200 mil por ano, em dez anos, como eles querem, não dá para a comunidade inteira. Governo não assumiu os impactos da barragem”, afirma Brasília Priprá.

O indígena explica que hoje, além da implementação dos pontos do programa, os Xokleng reivindicam um estudo de impacto da barragem. “O governo nos procura sempre porque quer fazer o canal extravasor, mas os homens lá sabe que se fizerem vão ter ônus pra pagar, vai ter prova de que a barragem gerou impactos. Então buscam outros caminhos”, diz Brasília. “A barragem estraçalhou a comunidade... não houve aviso: de repente estava cheio. Aí uma turma se foi pra um lado, outra pra outro... o rio tá acabado e trouxe muita desavença entre a comunidade. Antes era tranquilo, se plantava, tinha peixe, vendíamos para fora. Vivíamos da terra. Hoje o povo vive nesses frigoríficos, sem espaço, com a casa caindo na cabeça”, conclui.



Uma ponte passa sobre o reservatório onde as águas ficam retidas. Um dos únicos caminhos para outras aldeias da Terra Indígena, chega a ficar debaixo d'água

Um problema ainda maior

Os Xokleng sabem que o processo da Terra Indígena Ibirama-Laklaño no STF pode ser definitivo para tantas outras demarcações questionadas judicialmente sob a tese do Marco Temporal, uma interpretação restritiva da Constituição Federal estabelecida na ideia de que o povo indígena só pode ter o território demarcado se comprovar que em 5 de outubro de 1988 estava ocupando a terra ou brigando judicialmente por ela. “Queremos uma terra que era nossa, mas que o governo do estado e o chefe de posto (do SPI) vendeu para os colonos. Alguns colonos dizem que invadiram e que depois conseguiram a documentação. Empresas também fizeram isso. Tudo dentro dos 37 mil original. Não estamos pedindo também pra ampliar, mas pedindo o que é nosso. Não é verdade que não estamos pedindo terra que não é nossa”.

Cacique Tucum segue com o apelo: “A gente sempre morou aqui, sempre vivemos aqui. Fomos sendo espremidos pra cá pelos colonos e empresas madeireiras e depois a barragem. O Estado nunca demarcou as nossas terras, nunca terminou isso. Tinham os marcos, mas os colonos caçaram e esconderam. A gente não tá pedindo coisa que não é nossa”.

O cacique Aguinaldo Vomblê espera a esposa numa

tarde ensolarada e fria na aldeia Barragem. Sentado na varanda de sua casa, olha na direção da Barragem Norte. Depois de algum tempo de reflexão, sistematiza: “Se tornou um problema maior, com o decorrer dos anos. As casas na aldeia Figueira estão imprestáveis. Então tem isso do que não foi cumprido e o que foi cumprido está em situação ruim. Nada do protocolo de intenções, dos programas de mitigação: nada funcionou”. Ser cacique, entre os Xokleng, significa carregar nas costas o peso da barragem. “A comunidade espera uma resposta, espera que o cacique encaminhe um jeito de resolver. Vamos à Funai, fazemos reunião e nada acontece. A liderança fica enfraquecida, o povo descrente. Outros caciques passaram por isso”, analisa.

Além do procedimento demarcatório, os Xokleng também peregrinam há duas décadas atrás da regularização dos 724 hectares doados como parte da compensação pela barragem. “Nós queremos hoje que tenha documento pra essa área porque os brancos vende terreno, lotes, dizendo



Cacique Tucum: “Parte do povo vive tendo que andar de um lado para o outro”

que é deles. E não é! A maioria dos terrenos foi indenizado! Mas aí chega gente nova, sem saber de nada, compra de quem recebeu indenização e diz que comprou e que só sai se for indenizado”, explica Ecran Xokleng, que foi cacique entre 2002 e 2008. Como ainda não há escritura definitiva, os ocupantes não indígenas se aproveitam da ausência de comprovação cartorial de que as terras são dos Xokleng. A Funai alega que toda a documentação já foi enviada para a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e aguarda a conclusão do procedimento. “Por conta da demora, estamos com o risco de perder um recurso destinado à construção de moradias. Como é recurso público, precisa ter o documento comprovando que essa terra é dos Xokleng”, explica cacique Aguinaldo. Moradias importantes para famílias que ficaram sem teto após as casas construídas pelo plano de mitigação da barragem se converterem em ruínas de tijolos e ferro.

Enquanto isso, os Xokleng são obrigados a conviver e administrar uma espécie de armistício com ocupantes não indígenas hostis. “Dizem que plantam, que fazem isso e aquilo, mas o interesse é a madeira. Tem um aqui que já foi indenizado. Já tinha que ter saído, mas está lá ainda num terreno que já foi indenizado. Arranca madeira, não deixa os Xokleng irem pescar, ameaça”, denuncia cacique Aguinaldo. Para Ecran, um ancião com memória afiada, a grande causa de tais desgraças é a Barragem Norte. “Perdemos muita coisa com a Barragem porque afetou todo o território. Quem plantava e vivia na beira do rio, que era terra boa, com muitas árvores e boa de dar comida, acabou porque

enche e perde tudo. Quando não enche, há parte do rio que fica sem passar uma canoa de seco. Às vezes enchia sem dar tempo de sair... aí índio ficava ilhado e desesperava pra voltar nadando e morria. Animais de criação morriam... quando enche é muito rápido, é poucas horas e dependendo do lugar a comunidade fica ilhada”. Os não indígenas, claro, ocupam as terras boas e em quase nada afetadas pela barragem.

A aldeia Palmeira, por exemplo, tem áreas que ficam debaixo da água. Há trechos em que o isolamento só termina quando a água vaza. “Os antigos que clarearam pra nós agora, nossa terra não era só 14 mil,

mas 37 mil. Começamos a descobrir isso. Descobrimos que o chefe do SPI vendeu terra da gente e ela foi diminuindo. Daí hoje a gente acha marco velho no mato, há os cemitérios na Serra da Abelha. Temos até cemitérios fora dos 37 mil. O problema é que não vemos na Justiça algo que olha pra isso, não vemos uma Justiça que indenize quem tem que ser indenizado, mas que faça com que a gente fique na terra que sempre foi nossa”, diz cacique Aguinaldo.

Cinco Xokleng presos são acusados de cárcere privado

O confinamento do povo Xokleng, provocado pelo Estado e por sua omissão diante da ação de grupos privados, envolvendo o esbulho do território tradicional, amplia as possibilidades de conflitos com não indígenas ainda presentes na Terra Indígena, mesmo os já indenizados da área doada ao povo. Mesmo com as denúncias dos indígenas, idas a Brasília à Funai e demais órgãos competentes e uma estratégia interna na direção contrária ao conflito, o que parecia inevitável se confirmou.

A aldeia Bugio é uma área retomada pelos Xokleng, no final da década de 1990. Sua fundação é uma das consequências dos deslocamentos internos e da busca por espaço para a construção de moradias e espaço social. A aldeia está dentro dos 724 hectares doados pela União como compensação pelos impactos da usina. As matas desta porção da Terra Indígena foram exploradas à exaustão por madeireiras, retiradas pelos indígenas com a retomada. No entanto, alguns ocupantes não indígenas, que viviam também da cadeia madeireira, permaneceram.

Um deles é conhecido pela alcunha de Sarrafo. “Um

sujeito abusado, agressivo”, conta Brasília Priprá. Incomodado com a presença dos Xokleng, Sarrafo entrou na Justiça Federal, em 2013, pedindo para que os indígenas não chegassem perto daquilo que ele considera como sua propriedade. O pedido foi deferido. Corria 2017 quando o cacique Tucum passou perto da terra ocupada por Sarrafo. “Disse que eu poderia passar por ali, mas a família Armandio, família dos Silva... essas famílias aí se passarem, os índios que passarem vão voltar carregados, ele disse. Ele estava armado. Na hora que botar o pé no meu terreno eles não voltam mais, disse bem assim. Então sempre ele ameaçou essas famílias que vivem no Bugio. Então o conflito ia acontecer. Não enfrentei porque ele tava armado. Eu entendi que ele ia matar, levantou a camisa, mostrou que estava armado... avisa a eles pra não passar aqui, repetia”, conta o cacique.

Pouco depois, já em 2018, Claudinei da Silva Xokleng, seus dois filhos, Claudemir da Silva Xokleng e o cunhado, Jaime Xokleng, caminhavam pelo terreno de Sarrafo, na direção da mata para coletar pinhão, quando por ele foram

abordados. Os indígenas desconheciam a decisão judicial determinando que os impedia de estar naquela área, considerada Xokleng. Também não sabiam das ameaças feitas pelo não indígena. Sarrafo então decidiu colocar em prática o que anunciava aos quatro ventos, mas não deu tempo. Parte da comunidade do Bugio se reuniu e imobilizou Sarrafo, levando-o à aldeia. Não foi agredido ou sofreu algum tipo de violência, apenas ficou detido pelos Xokleng, que chamaram as autoridades.

“A Polícia Federal apareceu e libertou o Sarrafo. Passou um pouco e o pessoal da Funai levou os cinco Xokleng para depor, na delegacia. Quando chegaram lá receberam ordem de prisão. Foram levados para o Presídio de Itajaí. Então foram investigar quem que mandou fazer a coisa de pegar o Sarrafo. Ninguém manda esse tipo de coisa. O Sarrafo é perigoso, vivia ameaçando a comunidade, até que foram lá e prenderam ele pra que ele não fizesse nada com ninguém e nem fosse espancado”, conta o cacique. Funai ou Polícia Federal jamais foram dar qualquer explicação ou satisfação aos indígenas, acrescenta. ♦

15º Acampamento Terra Livre - “Justiça é o nosso território nas nossas mãos”

Por Assessoria de Comunicação - Mobilização Nacional Indígena (MNI)

Vindos das cinco regiões do Brasil, cerca de 3 mil indígenas iluminaram a Praça dos Três Poderes com a palavra “Justiça” após marcharem pela Esplanada dos Ministérios para reivindicar seus direitos constitucionais e denunciar a explosão de violência em seus territórios. Eles estavam em Brasília reunidos para o 15º Acampamento Terra Livre (ATL), organizado pela Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil (apib) com o apoio da Mobilização Nacional Indígena (MNI).

A liderança indígena Sônia Guajajara foi taxativa nas razões do ATL 2019. “Vamos impedir nas ruas os demandas e crueldades contra os povos indígenas e o país que Jair Bolsonaro prega nas redes sociais. Esse é o ATL pra fazer nascer a resistência a esse período que tende a ser um dos piores da história do Brasil”, disparou a indígena. Sônia frisou ainda a importância do movimento indígena sensibilizar o Supremo Tribunal Federal (STF) para que os ministros não permitam que a tese do Marco Temporal se estabeleça e que o caso de Repercussão Geral sobre processo da Terra Indígena Ibirama Laklãno, do povo Xokleng, sirva para dar um basta a esse mecanismo restritivo ao direito à terra.

“A mensagem que levamos para o mundo todo é a de que justiça é o nosso território nas nossas mãos. É a nossa saúde com qualidade e respeito às nossas necessidades. Justiça é termos a nossa educação específica e diferenciada de acordo com os valores de cada povo. Justiça é o nosso território não ser invadido. É nossas lideranças não serem assassinadas. Esta intervenção simboliza Justiça. É isso que estamos fazendo aqui, na Esplanada dos Ministérios: exigindo Justiça!”, afirma o Cacique Marcos Xukuru, de Pernambuco.

O 15º ATL começou na manhã do dia 24 de abril, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, mas depois de



Protesto indígena percorreu toda a Esplanada dos Ministérios, sendo o primeiro a se opor, na Capital Federal, ao governo Jair Bolsonaro

“Vamos impedir nas ruas os desmandos e crueldades contra os povos indígenas e o país que Jair Bolsonaro prega nas redes sociais. Esse é o ATL pra fazer nascer a resistência a esse período que tende a ser um dos piores da história do Brasil”

Sônia Guajajara

pressão da Polícia Militar do Distrito Federal, as delegações foram forçadas a deixar o local e a se dirigir à Praça dos Ipês, ao lado do Teatro Nacional. As negociações transcorreram durante a manhã, após a chegada dos indígenas no final da madrugada.

“Há um ambiente ruim para os povos indígenas criado pelo presidente Jair Bolsonaro. Não podíamos entrar nesse conflito com a polícia antes da abertura oficial do ATL. Viemos de muito longe, dias de viagem, e voltar para casa sem o nosso encontro avaliamos como ruim.

Documento final do XV Acampamento Terra Livre

Nós, mais de 4 mil lideranças de povos e organizações indígenas de todas as regiões do Brasil, representantes de 305 povos, reunidos em Brasília (DF), no período de 24 a 26 de abril de 2019, durante o XV Acampamento Terra Livre (ATL), indignados pela política de terra arrasada do governo Bolsonaro e de outros órgãos do Estado contra os nossos direitos, viemos de público manifestar:

- O nosso veemente repúdio aos propósitos governamentais de nos exterminar, como fizeram com os nossos ancestrais no período da invasão colonial, durante a ditadura militar e até em tempos mais recentes, tudo para renunciarmos ao nosso direito mais sagrado: o direito originário às terras, aos territórios e bens naturais que preservamos há milhares de anos e que constituem o alicerce da nossa existência, da nossa identidade e dos nossos modos de vida;

- A Constituição Federal de 1988 consagrou a natureza pluriétnica do Estado brasileiro. No entanto, vivemos o cenário mais grave de ataques aos nossos direitos desde a redemocratização do país. O governo Bolsonaro decidiu pela falência da política indigenista, mediante o desmonte deliberado e a instrumentalização política das instituições e das ações que o Poder Público tem o dever de garantir;

- Além dos ataques às nossas vidas, culturas e territórios, repudiamos os ataques orquestrados pela Frente Parlamentar Agropecuária contra a Mãe Natureza. A bancada ruralista está acelerando a discussão da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, em conluio com os ministérios do Meio Ambiente, Infraestrutura e Agricultura. O projeto busca isentar atividades impactantes

de licenciamento e estabelece em uma única etapa as três fases de licenciamento, alterando profundamente o processo de emissão dessas autorizações em todo o país, o que impactará fortemente as Terras Indígenas e seus entornos;

- O projeto econômico do governo Bolsonaro responde a poderosos interesses financeiros, de corporações empresariais, muitas delas internacionais, do agronegócio e da mineração, dentre outras. Por isso, é um governo fortemente entreguista, antinacional, predador, etnocida, genocida e ecocida.

Reivindicações do XV Acampamento Terra Livre

Diante do cenário sombrio, de morte, que enfrentamos, nós, participantes do XV Acampamento Terra Livre, exigimos, das diferentes instâncias dos Três Poderes do Estado brasileiro, o atendimento às seguintes reivindicações:

- Demarcação de todas as terras indígenas, bens da União, conforme determina a Constituição brasileira e estabelece o Decreto 1775/96. A demarcação dos nossos territórios é fundamental para garantir a reprodução física e cultural dos nossos povos, ao mesmo tempo que é estratégica para a conservação do meio ambiente e da biodiversidade e a superação da crise climática. Ações emergenciais e estruturantes, por parte dos órgãos públicos responsáveis, com o propósito de conter e eliminar a onda crescente de invasões, loteamentos, desmatamentos, arrendamentos e violências, práticas ilegais e criminosas

que configuram uma nova fase de esbulho das nossas terras, que atentam contra o nosso direito de usufruto exclusivo;

- Exigimos e esperamos que o Congresso Nacional faça mudanças na MP 870/19 para retirar as competências de demarcação das terras indígenas e de licenciamento ambiental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e que essas competências sejam devolvidas ao Ministério da Justiça (MJ) e à Fundação Nacional do Índio (Funai). Que a Funai e todas as suas atribuições sejam vinculadas ao Ministério da Justiça, com a dotação orçamentária e corpo de servidores necessários para o cumprimento de sua missão institucional de demarcar e proteger as terras indígenas e assegurar a promoção dos nossos direitos;

- Que o direito de decisão dos povos isolados de se manterem nessa condição seja respeitado. Que as condições para tanto sejam garantidas pelo Estado brasileiro com o reforço das condições operacionais e ações de proteção aos territórios ocupados por povos isolados e de recente contato;

- Revogação do Parecer 001/2017 da Advocacia Geral da União (AGU);

- Manutenção do Subsistema de Saúde Indígena do SUS, que é de responsabilidade federal, com o fortalecimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), a garantia da participação e do controle social efetivo e autônomo dos nossos povos e as condições necessárias para realização da VI Conferência Nacional de Saúde Indígena. Reiteramos a nossa posição contrária a quaisquer

“A MP 870 desmantelou todo o órgão indigenista federal, a Funai. Ponderamos que essa medida é uma estratégia para retirar o direito dos indígenas às suas terras. Ela é absurda e inconstitucional. É inadmissível que prospere”

Joênia Wapichana, deputada federal

Preferimos dar um passo atrás, mostrar que nosso objetivo não é a violência, e dar dois passos pra frente depois”, declarou Sandro Tuxá.

As delegações do país começaram a chegar no dia 23 de abril, uma espécie de início não oficial do ATL. No final da madrugada do dia seguinte, iniciaram a instalação de barracas e tendas, em frente ao Congresso Nacional. A movimentação foi pacífica, sem nenhum tipo de incidente, apesar do governo federal ter esperado as delegações com a Força Nacional de Segurança Nacional após falas mentirosas do presidente Jair Bolsonaro, que em uma transmissão ao vivo pela internet afirmou que 10 mil indígenas iriam para Brasília financiados com dinheiro público, numa tentativa de incitar a população contra os indígenas.

O ATL teve início com articulações do movimento indígena com atores políticos nacionais. Em audiências com lideranças indígenas realizadas do dia 24 de abril, os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), comprometeram-se a reverter as alterações na estrutura do Executivo para demarcações de terras indígenas, feitas pelo governo Bolsonaro por meio da Medida Provisória (MP) 870.

Na medida, assinada no primeiro dia de mandato por Jair Bolsonaro, as demarcações foram retiradas da Fundação Nacional do Índio (Funai) e passaram a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), controlado por ruralistas – inimigos históricos dos povos indígenas.

“Essa divisão em dois ministérios não me parece um caminho que vai gerar segurança para o povo indígena”,

afirmou Rodrigo Maia a um conjunto de lideranças indígenas que participam do Acampamento Terra Livre (ATL) e parlamentares da bancada do PSOL e da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas. Maia afirmou aos indígenas que concorda com a leitura de que a Funai deve retornar ao Ministério da Justiça, ao qual era historicamente vinculada, até passar a integrar o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos por força da MP.

Audiências públicas

Lideranças indígenas estiveram na Câmara Federal não apenas em reunião com o presidente da Casa, mas também para exigir dos parlamentares que a Funai volte a ser subordinada ao Ministério da Justiça e que o órgão indigenista retome a competência de demarcar as Terras Indígenas. Os índios contestaram de forma contundente representantes do governo que estiveram no evento.

“A MP 870 desmantelou todo o órgão indigenista federal, a Funai. Ponderamos que essa medida é uma estratégia para retirar o direito dos indígenas às suas terras. Ela é absurda e inconstitucional. É inadmissível que prospere”, criticou a deputada Joênia Wapichana (Rede-RR), primeira mulher indígena eleita para o Congresso e atual presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas. →



Os protestos indígenas, ao contrário do que pretendia o presidente Jair Bolsonaro, atraíram a atenção e o apoio da sociedade

Intervenção realizada pelos indígenas com luzes de LED levaram ao mundo a mensagem por justiça

O ATL realizou protestos por toda a Esplanada, mas teve uma parada especial no Ministério da Saúde

Indígenas protestam na frente do Ministério da Justiça e usam o espelho de água para rituais e refrescar do calor do Cerrado

– Resistimos há 519 anos e continuaremos resistindo

tentativas de municipalizar ou estadualizar o atendimento à saúde dos nossos povos;

- Efetivação da política de educação escolar indígena diferenciada e com qualidade, assegurando a implementação das 25 propostas da segunda Conferência Nacional e dos territórios etnoeducacionais. Recompôr as condições e espaços institucionais, a exemplo da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena, na estrutura administrativa do Ministério da Educação para assegurar a nossa incidência na formulação da política de educação escolar indígena e no atendimento das nossas demandas que envolvem, por exemplo, a melhoria da infraestrutura das escolas indígenas, a formação e contratação dos professores indígenas, a elaboração de material didático diferenciado;

- Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e outros programas sociais voltados a garantir a nossa soberania alimentar, os nossos múltiplos modos de produção e o nosso Bem Viver;

- Restituição e funcionamento regular do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e demais espaços de participação indígena, extintos juntamente com outras instâncias de participação popular e controle social, pelo Decreto 9.759/19. O CNPI é uma conquista nossa como espaço democrático de interlocução, articulação, formulação e monitoramento das políticas públicas específicas e diferenciadas, destinadas a atender os direitos e aspirações dos nossos povos;

- Fim da violência, da criminalização e discriminação contra os nossos povos e lideranças, praticadas inclusive por

agentes públicos, assegurando a punição dos responsáveis, a reparação dos danos causados e comprometimento das instâncias de governo na proteção das nossas vidas;

- Arquivamento de todas as iniciativas legislativas anti-indígenas, tais como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00 e os Projetos de Lei (PL) 1610/96, PL 6818/13 e PL 490/17, voltadas a suprimir os nossos direitos fundamentais: o nosso direito à diferença, aos nossos usos, costumes, línguas, crenças e tradições, o direito originário e o usufruto exclusivo às terras que tradicionalmente ocupamos;

- Aplicabilidade dos tratados internacionais assinados pelo Brasil, que inclui, entre outros, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as Convenções da Diversidade Cultural, Biológica e do Clima, a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Declaração Americana dos Direitos dos Povos Indígenas. Tratados esses que reafirmam os nossos direitos à terra, aos territórios e aos bens naturais e a obrigação do Estado de nos consultar a respeito de medidas administrativas e legislativas que possam nos afetar, tal como a implantação de empreendimentos que impactam as nossas vidas;

- Cumprimento, pelo Estado brasileiro, das recomendações da Relatoria Especial da ONU para os povos indígenas e das recomendações da ONU enviadas ao Brasil por ocasião da Revisão Periódica Universal (RPU), todas voltadas a evitar retrocessos e para garantir a defesa e promoção dos direitos dos povos indígenas do Brasil;

- Ao Supremo Tribunal Federal (STF), reivindicamos não permitir e legitimar nenhuma reinterpretção retrógrada e

restritiva do direito originário às nossas terras tradicionais. Esperamos que, no julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, relacionado ao caso da Terra Indígena Ibirama Laklanõ, do povo Xokleng, considerado de Repercussão Geral, o STF reafirme a interpretação da Constituição brasileira de acordo com a tese do Indigenato (Direito Originário) e que exclua, em definitivo, qualquer possibilidade de acolhida da tese do Fato Indígena (Marco Temporal).

Realizamos este XV Acampamento Terra Livre para dizer ao Brasil e ao mundo que estamos vivos e que continuaremos em luta em âmbito local, regional, nacional e internacional. Nesse sentido, destacamos a realização da Marcha das Mulheres Indígenas, em agosto, com o tema “Território: nosso corpo, nosso espírito”.

Reafirmamos o nosso compromisso de fortalecer as alianças com todos os setores da sociedade, do campo e da cidade, que também têm sido atacados em seus direitos e formas de existência no Brasil e no mundo.

Seguiremos dando a nossa contribuição na construção de uma sociedade realmente democrática, plural, justa e solidária, por um Estado pluricultural e multiétnico de fato e de direito, por um ambiente equilibrado para nós e para toda a sociedade brasileira, pelo Bem Viver das nossas atuais e futuras gerações, da Mãe Natureza e da Humanidade.

Resistiremos, custe o que custar!

Brasília (DF), 26 de abril de 2019.

**XV Acampamento Terra Livre
 Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
 Mobilização Nacional Indígena (MNI)**

Foto: Christian Braga/MNI



Amanhece na Esplanada dos Ministérios sobre o ATL 2019. Horas depois, negociação com a Polícia Militar definiu a mudança do local do acampamento

Protestos param a Esplanada dos Ministérios

No último dia do ATL, em 26 de abril, cerca de 4 mil manifestantes marcharam pelas ruas da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para protestar contra medidas do atual governo que afetam os direitos dos povos indígenas. O protesto passou pelos Ministérios da Saúde e da Justiça, onde as lideranças protocolaram documentos com reivindicações do movimento indígena.

Os representantes de povos indígenas de todas as regiões do país ocuparam a Esplanada com cantos e danças tradicionais. A escolha dos Ministérios da Saúde e da Justiça foi por conta de recentes medidas do governo Bolsonaro. A marcha não pôde passar pela Praça dos Três Poderes, cujo acesso permaneceu bloqueado pela polícia. O movimento foi contra a proposta de transferir a responsabilidade da saúde indígena do âmbito federal para o municipal e exigem o fortalecimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) para melhorar o atendimento nas comunidades.

A outra proposta, alvo de protestos no Ministério da Justiça e Segurança Pública, é a MP 870, que mexe na competência das demarcações de Terras Indígenas e o licenciamento ambiental de empreendimentos que afetam territórios tradicionalmente ocupados.

No Ministério da Justiça, os indígenas não foram recebidos por Sérgio Moro, mas uma delegação de dez indígenas participou de reunião com assessores. “A conversa foi no sentido de denunciarmos as violências que vem acontecendo nas Terras Indígenas em virtude do decreto que tira a Funai do Ministério da Justiça. Isso tem causado muito transtorno dentro das terras indígenas pelo fato de paralisar todas as questões relativas à demarcação de nossos territórios. O ministério tem outras atribuições a respeito da questão indígena, como a entrada da Polícia federal e a proteção dos territórios”, diz Marcos Xukuru, membro da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Apesar de Moro não receber as lideranças pessoalmente, em reunião os representantes da pasta se comprometeram a dialogar com as organizações indígenas sobre suas reivindicações. “O Ministério de comprometeu a receber o documento final do Acampamento Terra Livre. O ministro iria ver todas as questões postas e posteriormente conversar com a Apib e as organizações indígenas”, comenta Marcos Xukuru.

Na avaliação de Kretã Kaingang, a marcha serviu para demonstrar a disposição do movimento indígena de lutar por seus direitos. “Nós não aceitamos as alterações na estrutura da Funai e não aceitamos o adiamento da Conferência Nacional de Saúde Indígena, e colocamos isso também aos representantes do Ministério da Saúde. Desde o ano passado estamos buscando o diálogo e nossa marcha, como sempre, foi pacífica. Seguimos em luta e não vamos desistir de defender nossos direitos”, afirma a liderança. ◆

Movimento Indígena

Foto: Haroldo Helena/Cimi Regional Leste



A marcha percorreu vias importantes de Salvador como forma de mostrar à sociedade que os povos indígenas resistem

ATL da Bahia reúne cerca de mil indígenas em Salvador por demarcação, saúde e educação

Por Assessoria de Comunicação – Cimi

Cerca de mil indígenas de 23 povos marcharam pelas ruas de Salvador na como parte das atividades do 3o Acampamento Terra Livre (ATL) da Bahia. O encontro foi organizado pelo Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba) e ocorreu ao lado da Assembleia Legislativa, com diversas programações que seguiram até o dia 10 de maio.

Na marcha, os povos indígenas apresentaram três eixos de reivindicação: terra, educação e saúde. “Para a questão territorial, estamos focando em quatro terras que aguardam apenas a portaria declaratória: Barra Velha, Aldeia Velha, ambas do povo Pataxó, Tupinambá de Olivença e Tumbalalá, no Sertão”, explica uma das lideranças do Mupoiba, Carron Pataxó.

No caso da Terra Indígena Aldeia Velha, o procedimento demarcatório já estava na fase de homologação, mas após a Portaria 001, da Advocacia-Geral da União (AGU), os papéis voltaram ao Ministério da Justiça para “adequação” às determinações da portaria e em alguma gaveta permaneceram. “Exigimos a demarcação das nossas terras, mas não só da Bahia: de todo país”, frisa Carron.

Para o cacique Babau Tupinambá, apesar dos 23 povos reivindicarem questões localizadas no estado da Bahia, “o ATL é um espaço também para protestar contra a destruição da Funai, que ela volte para o Ministério da Justiça” e contra a demarcação “estar nas mãos de quem quer a nossa morte, o nosso fim (os procedimentos foram para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)”.

Carron Pataxó reforça a voz dos povos da Bahia contra a Medida Provisória (MP) 870/19, onde o presidente Jair Bolsonaro refez o desenho da administração do Poder Executivo, mas aproveitou para adotar medidas inconstitucionais, conforme o Ministério Público Federal (MPF), as quais cacique Babau se referiu. “Impossível negar que há conflito de interesses nessa configuração da política indigenista”, diz Carron.

O Subsistema de Saúde Indígena também foi abordado pela marcha do ATL. “Queremos a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) fortalecida e somos contra a municipalização. Isso não ajuda,

o movimento é contra e tivemos a oportunidade de demonstrar ao governo lá em Brasília”, explica Carron. Para o Pataxó, o governo tem um pacote de maldades contra os povos indígenas.

Completando o eixo, Carron explica que o ATL questiona a lei estadual que cria a categoria de professor indígena. “A longo prazo ela é maléfica porque o pagamento aos professores é subsidiado, ou seja, não permite a projeção de carreira. Temos professores com mestrado, doutorado. Outro ponto é a estrutura e o transporte escolar. São pontos fundamentais para o nosso projeto societário”, aponta.

Autodemarcação

Aguinaldo Francisco Pataxó Hã-hã-hã afirma que o ATL se tornou uma ocasião importante para os povos da Bahia, sobretudo na atual conjuntura. “Fazemos as alianças entre nós mesmos. Fazemos alianças com outros movimentos. Essa união é fundamental. Temos de reagrupar as forças pra enfrentar o governo de Bolsonaro, que está promovendo uma decadência no país e para nossos direitos”, enfatiza.

“Nossa proposta aqui é um recado para o conjunto da sociedade. Caso o governo federal mantenha essa política contra os nossos direitos, de nos atacar na internet, vamos iniciar, essa é a nossa proposta, um amplo movimento de autodemarcação”, destaca Aguinaldo que coordena o Regional Sul do Mupoiba, abrangendo os Pataxó Hã-hã-hã e os Tupinambá.

Haroldo Heleno, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), explica que no ATL estão presente organizações dos movimentos sociais, entre sem terras, quilombolas. “A marcha foi um momento importante, de luta. Na abertura houve um momento muito significativo com os professores das universi-

“Nossa proposta aqui é um recado para o conjunto da sociedade. Caso o governo federal mantenha essa política contra os nossos direitos, de nos atacar na internet, vamos iniciar, essa é a nossa proposta, um amplo movimento de autodemarcação”

destaca Aguinaldo Pataxó Hã-hã-hã

Foto: Egon Heck/Cimi

Povo Tupinambá resiste:

“Querem matar nosso povo e também nossa dignidade”

Por Assessoria de Comunicação – Cimi

Em fevereiro, o cacique Babau Tupinambá, liderança da aldeia Serra do Padeiro, na Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, localizada no sul da Bahia, denunciou um plano elaborado por fazendeiros para assassinar sua família e ele próprio.

Em Brasília, Babau pediu proteção a seus familiares e apresentou suas denúncias à Procuradoria-Geral da República (PGR), à União Europeia e ao Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). A partir da situação relatada, o CNDH decidiu realizar uma missão para verificar as violações aos direitos humanos dos povos indígenas no Sul da Bahia, que ocorre nesta semana.

Conforme o relato do cacique Babau, o plano para assassinar ele e seus familiares era sofisticado e incluía informações sobre a sua rotina e de seus parentes, assim como contava a participação de agentes policiais civis e militares e a conexão com políticos.

Havia, segundo o relato que os indígenas receberam de uma fonte anônima, uma articulação para que os indígenas fossem assassinados em uma blitz de trânsito, onde policiais “plantariam” drogas e armas nos carros dos Tupinambá, encenando um falso flagrante que seria divulgado em canais de rádio e TV locais.

Os detalhes do esquema eram discutidos e organizados em reuniões realizadas em Itabuna (BA). Segundo relata Babau, além dele mesmo, o plano envolvia o assassinato de três irmãos seus e duas de suas sobrinhas, que estudam na cidade.

de Belmonte. Crédito da Foto



Primeiro dia da missão do CNDH no sul da Bahia, na Terra Indígena Tupinambá de Belmonte

Foto: Haroldo Heleno/Cimi Regional Leste



A saúde indígena é um dos três eixos do ATL Bahia e foi ponto de pauta da marcha

idades estaduais que estão em greve. Eles estiveram por aqui, em solidariedade, e receberam também o apoio dos indígenas”, diz.

O missionário ressalta que os pontos do 15o Acampamento Terra Livre (ATL), ocorrido em Brasília há duas semanas, serão absorvidos pelo ATL baiano, após discussão realizada na abertura com o debate sobre a conjuntura dos povos indígenas no país. “É um momento de articulação, está aqui também a Anai (Associação Nacional de Ação Indigenista) e a Cese (Coordenadoria Ecumênica de Serviço)”.

Solidariedade ao povo Tupinambá

O Mupoiba divulgou uma nota em solidariedade ao povo Tupinambá de Olivença e em repúdio a mais uma tentativa de criminalização de suas lideranças. Um dossiê foi divulgado em alguns meios de comunicação apontando para “milícias formadas por supostos indígenas Tupinambá”. Para a organização que representa quase 60 mil indígenas, trata-se de um ataque à “identidade indígena do povo Tupinambá, bem como à figura do seu líder, cacique Babau”.

Tudo indica, aponta o Mupoiba, para uma ação orquestrada com tantas outras que tiveram o mesmo objetivo e falharam. “A gravidade dos conflitos, que há anos vêm ocorrendo, chamou atenção do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), que acompanha a situação das violações de direitos aos indígenas baianos e, por isso, realizou missão em abril de 2019 na Bahia. O Território Indígena Tupinambá de Olivença, por exemplo, teve em 2018 decisão favorável e unânime pela regularidade do seu processo demarcatório pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ)”, diz trecho da nota.

“Um dos planos já tinha sido executado, que foi pessoas dentro da polícia militar e civil mapear e fazer dossiês sobre a família da gente. A articulação não é só matar, é destruir o nome das famílias daquela aldeia”, relata o cacique Babau. “Eles não querem só matar nosso corpo. Eles querem matar nosso corpo e matar também nossa dignidade. Isso é matar duas vezes o cidadão”.

“Somos um povo de resistência. Nós somos autônomos, e isso é considerado uma ofensa. Esse é o maior medo que tem hoje o governo e muita gente da sociedade brasileira: dos índios terem autonomia sobre o seu território”

Para Babau, o povo Tupinambá tem sido alvo de diversos ataques e de uma ameaça de genocídio que perdura ao longo dos anos, motivada por sua determinação em resistir na defesa de seu território e de sua autonomia.

“Somos um povo de resistência. Nós somos autônomos, e isso é considerado uma ofensa. Esse é o maior medo que tem hoje o governo e muita gente da sociedade brasileira: dos índios terem autonomia sobre o seu território, assim como nós Tupinambá da Serra do Padeiro temos sobre o nosso”, afirma ele.

Com 47 mil hectares, a TI Tupinambá de Olivença foi identificada e delimitada pela Funai em 2009, mas sua demarcação encontra-se paralisada, aguardando a emissão de Portaria Declaratória. Em 2016, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou uma decisão que barrava a publicação da portaria, que hoje não tem nenhum impedimento e depende apenas da vontade do governo.

“Se o ministro amanhã publicar a portaria declaratória, isso dá um xeque-mate nessas ameaças todas, porque é o governo dizendo: está provado, os índios têm razão e pronto. Mas enquanto o governo sabe e fica protelando, ele está alimentando o ódio e o genocídio em cima de nós indígenas”, avalia Babau.

Missão na Bahia

Motivado pelas denúncias apresentadas pelo Cacique Babau Tupinambá, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) decidiu realizar uma missão ao sul da Bahia, para averiguar as violações aos direitos humanos dos povos indígenas da região. A missão ocorreu na semana de 15 de abril, quando foram realizadas uma visita à aldeia Patiburi, na Terra Indígena (TI) Tupinambá de Belmonte, e uma audiência com o Ministério Público Federal (MPF) de Eunápolis.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) realizou a missão ao sul da Bahia para tratar de violações de direitos humanos de indígenas. Entre as incidências realizadas, uma visita à aldeia Patiburi, na Terra Indígena (TI) Tupinambá de Belmonte, além de uma audiência com o Ministério Público Federal (MPF) de Eunápolis.

No segundo dia de diligências, a programação da comitiva incluiu uma reunião com o delegado da Polícia Civil de Eunápolis e, em seguida, uma viagem em direção à Terra Indígena Tupinambá de Olivença, onde a missão visitará três diferentes aldeias. Para o mesmo dia ainda está prevista uma reunião com o MPF de Ilhéus. No último dia da missão, em 17 de abril, a delegação seguiu para Salvador, onde houve reuniões com autoridades estaduais.

Integraram a delegação a vice-presidente do CNDH, Deborah Duprat, os conselheiros Herbert Barros e Sandra Carvalho e a representante da secretaria-executiva do CNDH, Elisa Colares, além de representantes do Conselho Federal de Psicologia, da Defensoria Pública da União, da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e do Comitê de Defensores de Direitos Humanos.

Também participaram da missão representantes da coordenação regional da Funai, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia (OAB-BA) e da Secretaria Estadual de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do estado da Bahia. ♦

Povos indígenas de Rondônia se comprometem com proteção do território Karipuna

Por **Patrícia Bonilha**, do Greenpeace, e **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação – Cimi

Com o lema “Defender a terra é defender a vida dos povos indígenas”, lideranças de 18 povos de Rondônia, do noroeste do Mato Grosso e do sul do Amazonas participaram, entre os dias 2 e 6 de abril, do I Encontro da Terra Indígena Karipuna. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Greenpeace apoiaram o encontro que teve como objetivo “fortalecer a luta e a resistência do povo Karipuna na defesa de sua terra tradicional”.

Segundo o cacique André Karipuna, o encontro superou as expectativas que eles tinham. “Nós, povo Karipuna, estamos animados com a presença de tantos parentes guerreiros que vieram de longe e se comprometeram com a proteção do nosso território, que está sendo destruído pelos invasores. Nós somos poucos aqui e este apoio pode fazer toda a diferença para garantir a proteção das nossas florestas e das nossas vidas”.

Problema sistêmico

Ao compartilharem os relatos do que acontece em cada um de seus territórios (alguns ainda sem demarcação), os indígenas concluíram que a realidade que o povo Karipuna enfrenta é, essencialmente, a mesma de outras terras indígenas de Rondônia e de toda a Amazônia.

O aumento das invasões, do desmatamento, da grilagem, das ameaças e da violência contra as lideranças e, por outro lado, a omissão do Estado brasileiro em garantir a proteção territorial são situações disseminadas nas terras indígenas da região amazônica.

“A presença de lideranças de vários povos, de outras partes do estado, ajuda a perceber que o problema enfrentado pelos Karipuna não é isolado. É comum a todas as terras indígenas, seja no caso das já demarcadas, seja no caso, ainda mais desafiador, dos grupos que estão lutando para reconquistar sua terra”, avalia Dom Roque Paloschi, presidente do Cimi e arcebispo de Porto Velho. “Só conjugando forças podemos ter perspectiva de preservar as terras e o direito de viver dos povos indígenas nesse país”, complementou.

Para a representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Eva Canoé, o momento de diálogo e vivência na Terra Indígena (TI) Karipuna foi importante para que as lideranças presentes refletissem sobre os desafios que o atual cenário impõe.

“Se perdermos esse território, vamos perder outros também. Por isso, nosso grande desafio é lutar para defender todas as terras com invadidas para que possamos garantir a sobrevivência de nossas futuras gerações”, avalia a liderança. “Essa situação deixa a todos nós muito preocupados, mas também muito conscientes do que devemos fazer: resistir, resistir e resistir”.



Mensagem das lideranças reunidas na aldeia Panorama, na Terra Indígena Karipuna

Estado deve proteger

No contexto de extrema pressão a que estão submetidos os povos indígenas da Amazônia, os participantes do encontro consideram que a determinação do povo Karipuna de não aceitar a violação de seu território tradicional soa como um sinal de alarme para que o Estado brasileiro reaja diante do crime organizado que, há tempos, promove a invasão e a pilhagem das terras indígenas.

“Nesse sentido, é urgente que o Estado combata o avanço da conjuntura anti-indígena que viola os direitos e territórios por toda a Amazônia. Para tanto, além de promover os direitos indígenas cabe ao Poder Público restaurar a ordem e pôr em prática um plano de proteção territorial capaz de garantir a integridade dos territórios indígenas de todo o Brasil”, afirma Danicley de Aguiar, da campanha Amazônia do Greenpeace.



Durante o encontro, lideranças de outras terras e povos de Rondônia discutiram a situação dos Karipuna e de suas próprias comunidades

Terra grilada

No terceiro dia do encontro, as lideranças fizeram uma caminhada pela mata da terra indígena, guiada pelo cacique André Karipuna, nas proximidades da aldeia Panorama. Na primeira meia hora, já se depararam com diversas picadas – marcações de lotes abertas pelos invasores dentro da TI Karipuna.

Segundo o cacique, há indícios de que algumas dessas picadas estão sendo renovadas, e a atividade dos invasores deve se intensificar novamente quando terminar o inverno, como é chamado o período de chuvas que costuma se estender de dezembro a meados de junho.

Na avaliação de José Luís Kassupá, coordenador geral da Organização dos Povos Indígenas de Rondônia, noroeste do Mato Grosso e sul do Amazonas (Opiroma), o fato deste I Encontro ter ocorrido justamente dentro da TI Karipuna, num contexto político de profundo retrocesso e ameaça aos direitos indígenas explícita que os povos não só de Rondônia e da Amazônia, mas de todo o Brasil, precisam se articular para resistir às promessas do atual governo de abertura das terras tradicionais para a exploração das mineradoras e o arrendamento, dentre outras.

Pra todo mundo saber

Mesmo diante de todos os desafios que enfrentam, as lideranças afirmaram na mensagem final do encontro: “Nós resistiremos sempre!”. E com o propósito de enviar uma mensagem ao governo brasileiro e ao mundo que ilustra esta atitude de resistência, eles realizaram a atividade registrada no vídeo acima.

Leia abaixo a Mensagem Final do I Encontro da Terra Indígena Karipuna:

Mensagem Final do I Encontro na Terra Indígena Karipuna

Com o tema “Defender a terra é defender a vida dos povos indígenas”, nós, 18 povos indígenas de Rondônia, noroeste do Mato Grosso e sul do Amazonas (Arara, Canoé, Kassupá, Kujubin, Guarasugwe, Juma, Kaxinawa, Mamaindê, Migueleno, Oro Mon, Parintintin, Piripkura, Puruborá, Sakyrabiari, Tawaende, Tupari, Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna), junto a nossas entidades representativas (Associação Apoika – povo Karipuna; Associação Maxajã – povo Puruborá; Associação Jupaú – povo Uru-Eu-Wau-Wau; Associação Paygap – povo Arara; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – Coiab; Organização dos Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e sul do Amazonas – Opiroma; Organização Oro Wari; Centro Acadêmico Intercultural Indígena – CAII) e nossos apoiadores (Ministério Público Federal, Conselho Indigenista Missionário – Cimi e Greenpeace), reunidos de 2 a 6 de abril, nos solidarizamos com a luta e

a resistência do povo Karipuna, que há anos vem denunciando as constantes violações de seus direitos.

Os povos indígenas presentes, sensibilizados com a gravidade das invasões na Terra Indígena Karipuna e nas demais terras indígenas do estado de Rondônia, noroeste do Mato Grosso e sul do Amazonas, denunciemos a omissão do governo e dos órgãos competentes, que não vem fazendo a proteção do território Karipuna e demais terras indígenas.

Diante dessa omissão, as terras indígenas estão sendo invadidas, causando impacto social e ambiental e, no caso do povo Karipuna e dos povos isolados presentes em seu território, a iminência do risco de um genocídio.

Apesar das inúmeras denúncias, as poucas ações realizadas até o momento foram ineficazes para coibir as invasões e ameaças à integridade territorial, cultural e física dos povos indígenas. Os povos presentes neste primeiro encontro vem fortalecer a luta e a resistência

do povo Karipuna na defesa de sua terra tradicional.

Nós, povos presentes, exigimos do Estado brasileiro agilidade na retirada dos invasores e do crime organizado que age impunemente neste território. Que os envolvidos sejam criminalizados na forma da lei, civil e penalmente. Que o Estado brasileiro cumpra seu dever de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no que tange ao direito à vida, ao território e à cultura.

A terra é a base de toda a nossa existência. Essa base se sustenta através da cultura praticada no nosso dia a dia. Reafirmamos que a terra é mãe, é vida, é onde preservamos a memória dos nossos antepassados e garantimos a vida das nossas gerações presentes e futuras.

Nós resistiremos sempre!

Terra Indígena Karipuna
6 de abril de 2019

Indígenas têm suas identidades invisibilizadas nas prisões do Brasil

Privados de seus direitos básicos e desrespeitados em suas práticas tradicionais de punição, os indígenas brasileiros engrossam, invisíveis, a população carcerária do país

Por *Cristhian Teofilo da Silva* e *Gustavo Hamilton de Sousa Menezes*, para o *Le Monde Diplomatique*

Os povos indígenas no Brasil possuem memórias de longa duração das diferentes formas como os colonizadores, de ontem e de hoje, tentaram transformar suas culturas e fazer desaparecer suas sociedades e identidades. Mas a violência assimilacionista dos brancos não se limita aos usos deturpados do boi, da bala e da Bíblia. Com o número crescente de indígenas sendo presos e mantidos nas prisões, seu encarceramento e o desrespeito aos seus direitos tornaram-se a nova arma dos brancos para avançar sobre seus territórios.

Há cada vez mais indígenas entre os detentos do Brasil. Os dados mais recentes, registrados pelo Departamento Penitenciário no final de 2016, computaram 590 índios encarcerados nas prisões do país. O que se constata na prática, contudo, é que esse número é muito maior, subdimensionado pelas estatísticas por razões semelhantes às que mantêm os indígenas apartados de seus direitos fundamentais na sociedade brasileira, mesmo fora das penitenciárias. A diferença é que, na cadeia, a situação se agrava ainda mais.

De cara, temos o fenômeno da descaracterização étnica: a identidade indígena dos detentos costuma ser tratada com pouca ou nenhuma importância pelos gestores do sistema carcerário – os quais, via de regra, não são orientados a manter registros sobre a diversidade étnica dentro das instituições prisionais. O que poderia ser feito por meio de formulário, por exemplo.

O que ocorre é que, tão logo é detido, o indígena é deliberadamente incluído na categoria “pardo”, o que resulta na negação de direitos diferenciados. Muitos indígenas, por sua vez, também evitam se identificarem como tais, por temor ou desconfiança em relação a experiências negativas que tiveram no passado.

Surge, desse modo, um efeito perverso da descaracterização étnica do indígena preso, que é a sua assimilação pelas instituições carcerárias como “aculturado” ou “integrado”, categorias obsoletas pautadas por elementos muito superficiais, como a posse de documentos de identidade, algum conhecimento do português, o uso de roupas e até mesmo a aparência física mestiça. Isso ocorre em toda a cadeia processual: na detenção pela Polícia Militar, na investigação pela Policial Civil, na acusação elaborada pelo Ministério Público, na construção da defesa pela Defensoria Pública, em decisões lavradas por magistrados, até, finalmente, chegar à realidade das penitenciárias.

O que resulta dessa invisibilização é que os índios encarcerados são privados do direito básico de serem tratados de modo diferenciado pelos sistemas de justiça e



Os povos indígenas vêm se mobilizando contra as criminalizações e para que sejam aplicados os artigos do Estatuto do Índio e da Convenção 169 da OIT para encarceramentos de índios.

penitenciário, fato agravado pelo próprio desconhecimento dos profissionais da área jurídica. Isso inclui o direito a intérprete em um idioma que os ajude a compreender e ser compreendidos, a defensor público gratuito, à liberdade de expressão religiosa, ao consumo de alimentos tradicionais e até à flexibilização no cumprimento da pena.

Segundo a legislação vigente e acordos internacionais, recomenda-se que sejam aplicados aos indígenas outros tipos de punição além do encarceramento. E, para as penas de reclusão e de detenção, por exemplo, é recomendado o regime especial de semiliberdade, próximo ao órgão oficial de assistência ao indígena. Também devem ser reconhecidas as práticas indígenas de justiça, resolução de conflitos, punição e educação dos membros de suas comunidades. Este reconhecimento é fundamental em se tratando de grupos pequenos, onde o aprisionamento de homens e mulheres provoca impactos profundos não somente para suas famílias, mas para todo o seu povo. O aprisionamento de lideranças indígenas, inclusive, tem servido como forma de desarticular politicamente a resistência indígena em áreas de conflito fundiário.

Em outras palavras, se há um reconhecimento do Estado brasileiro em relação à extensa diversidade étnica, cultural e linguística do país, deveria haver também o reconhecimento de uma ampla variedade de inter-

O que resulta dessa invisibilização é que os índios encarcerados são privados do direito básico de serem tratados de modo diferenciado pelos sistemas de justiça e penitenciário, fato agravado pelo próprio desconhecimento dos profissionais da área jurídica

pretações morais próprias dos povos indígenas e de como estas servem para a manutenção dos territórios e a continuidade dos seus povos. Cada sociedade tem sua ideia do que seria um “crime” e também todo um elenco de punições correspondentes a esses crimes.

Os Maxakali, por exemplo, povo que habita Minas Gerais, está entre as etnias que insistem

em manter suas práticas tradicionais, rechaçando alguns princípios do sistema jurídico brasileiro, entre eles as prisões. A prisão não faz parte do leque de punições aplicado pela comunidade. E, mais do que isso, a ideia de que um Maxakali esteja sendo mantido preso longe do seu povo enche de horror os demais membros desse povo, mesmo aqueles que estão em desavença com ele.

Dessa forma, o reconhecimento constitucional de que os povos indígenas têm organizações sociais próprias deveria nortear o Brasil na construção de uma política jurídica diferenciada, especialmente no que diz respeito à assimilação dos sistemas tradicionais de direito usados pelos índios para a resolução de conflitos. Como reforço dessa política, não custa lembrar o conteúdo da Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sancionada pelo governo brasileiro em 2004, que incita as autoridades governamentais do mundo todo a reconhecer a integridade cultural dos indígenas e a assumir a responsabilidade sobre seus direitos. O direito à diferença é a principal reivindicação. Não como uma regalia, mas como uma questão de dignidade e de reconhecimento de culturas que há séculos vivem sob o espectro do genocídio. ♦

O que ocorre é que, tão logo é detido, o indígena é deliberadamente incluído na categoria “pardo”, o que resulta na negação de direitos diferenciados.

Muitos indígenas evitam se identificarem como tais, por temor ou desconfiança em relação a experiências negativas

Indígena: um pé na aldeia, outro na universidade

Por José Ribamar Bessa Freire*, no blog Taquiprati

– “Para esses povos de tradição oral, fazer a travessia para o mundo da escrita, só isso já é épico. [...] É bom não esquecer que os jesuítas vieram para cá pra botar escolas e catequizar os índios e ensinar eles a ler e escrever. Enquanto os índios puderam resistir, não aprenderam nem a ler nem a escrever. Então seria interessante a gente investigar se quando os índios estão lendo e escrevendo, se já se renderam ou se ainda estão resistindo” – sugere Ailton Krenak no texto “A antropologia e seus espelhos: a etnografia vista pelos observados”.

Rendição ou resistência? Essa travessia ao mundo da escrita já foi feita pelos 56.750 estudantes indígenas matriculados hoje em cursos de graduação de universidades brasileiras (Censo do INEP 2017). Dá para lotar o Maracanã. O que querem eles? Como são tratados? Que dificuldades enfrentam? O que farão, afinal, com o diploma de curso superior? As pesquisas sobre o tema são ainda poucas. Uma delas é a tese de doutorado defendida nesta quinta (9) na Universidade Federal do Pará por Flávia Marinho Lisboa, aprovada com recomendação para ser publicada.

A nova doutora concentrou sua investigação na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) onde estudam 96 indígenas de diferentes etnias. Entrevistou, em rodas de conversa, alunos do povo Gavião – ele são 52 – que saem de suas aldeias para estudar no Campus de Marabá e “buscam no ensino superior a 30 km de distância como estratégia de defesa de seu território, língua, cultura”. Entre 2016 e 2019, ela observou o relacionamento deles com a instituição, com os colegas, com os professores, o que lhe exigiu conhecer mais de perto os Gavião.

Duas vidas

O povo Gavião reúne três grupos do povo Timbira: os Parkatejê, os Kyikatjê, e os Akrâtikatejê, que vivem em 16 aldeias da Terra Indígena Mãe Maria. Eles decidiram se unir para enfrentar a invasão de seus territórios decepados por extratores de castanha, pela construção da hidrelétrica de Tucuruí, pelos linhões de energia da Eletronorte e pelos trilhos da Estrada de Ferro Carajás, da Vale do Rio Doce – aquela empresa responsável, entre outras, por mais de 230 mortes em Brumadinho.

Nessa trajetória, o dado novo agora é a universidade. Durante as rodas de conversa com universitários indígenas, Flávia Lisboa ouviu depoimentos que determinaram os rumos de sua pesquisa, como a fala de Pempoti, estudante Gavião Akrâtikatejê de Ciências Sociais:

– “Eu sempre falo que nós temos dois tipos de vida. Na aldeia nós somos nós mesmos, mas na universidade nós somos outros personagens. É outro tipo de vida, de compreensão. Às vezes a gente vai na rua e as pessoas ficam olhando para gente, assim... o povo ainda tem essa visão de estranhamento, porque não sabe da história de Marabá que sempre teve população indígena ao redor”.

Se os Gavião tem um pé na universidade e outro na aldeia, a pesquisadora, que tem um pé na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), onde é professora, colocou seu outro pé na aldeia. Realizou de 2017 a 2018 nove visitas à Terra Indígena Mãe Maria para entender melhor o que os índios estavam falando. Estabeleceu assim um diálogo, na metodologia usada, entre a etnografia e a análise do discurso apoiada em Foucault, o que – segundo ela – ampliou sua percepção da produção dos sentidos, que seriam limitados se isolados da experiência vivida com os alunos em seus respectivos territórios.

A colonialidade

– “Fui à aldeia para compreender o que é um aluno indígena na universidade” – ela escreveu, reconhecendo que inicialmente teve dificuldades de se guiar no novo universo onde experimentou um sentimento de estranhamento “com os sons da língua Parkatejê falada pelas



mulheres mais velhas, desconfiadas com minha presença ali”.

Uma dessas aldeias é formada por casas de alvenaria, mas dispostas no modo circular dos Timbira: – “Foi indo à aldeia que entendi melhor as dificuldades relatadas pelos alunos. Foi percebendo as matrizes culturais vivas dos Gavião, a cosmovisão diferenciada e o funcionamento de outro espaço-tempo, o da aldeia, que pude entender o aluno tímido e acuado, atravessado pela colonialidade. O “estar lá” na TI Mãe Maria me fez entender porque se sentem tão inseguros no espaço da universidade e com dificuldades para se “encaixar” no mundo ocidental acadêmico.

Embora possuam suas especificidades, os Gavião compartilham problemas comuns aos demais indígenas, como a maior ou menor facilidade de lidar com a leitura e produção textual nas atividades acadêmicas, o terror dos seminários e das resenhas, a monitoria, o uso da internet, o transporte da aldeia para a cidade, o racismo não velado na sala de aula, a discriminação, especialmente em relação à variante do português indígena, o que provoca tensões e até a desistência do curso. “Uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes” – segundo Maurício Gnerre.

A presença indígena na universidade – diz Flávia Lisboa – “constrange as estruturas públicas que não conseguem conter seu racismo institucional”, no que diz respeito à língua e ao conhecimento assentados numa racionalidade monocultural. Cita Boaventura Souza Santos para quem “a democratização da universidade mede-se pelo respeito ao princípio da equivalência dos saberes [...] A universidade será democrática se souber usar o seu saber hegemônico para recuperar o desenvolvimento autônomo de saberes não hegemônicos, gerados nas práticas das classes oprimidas.

A língua

Essa é uma das fontes da discriminação: a hierarquização de saberes, que produz uma blindagem epistêmica desde o período colonial e predomina até hoje quando a universidade, que ainda opera com tal dispositivo, classifica como “crendice” os conhecimentos tradicionais. O lugar de inferioridade atribuído pela universidade aos saberes que os índios trazem da aldeia desprestigia os sujeitos que neles fundamentam sua existência, ocasionando o epistemicídio e o glotocídio.

A pesquisa menciona como fonte inspiradora outra instituição – a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) – que assumiu uma postura decolonial, pois além da seleção de alunos feita pelo Processo Seletivo

Especial Indígena, implantou uma estrutura curricular diferenciada dos tradicionais cursos de graduação.

Um capítulo é dedicado à língua, que “estrutura o pêndulo oscilante entre a presença e a ausência do estudante indígena no território acadêmico, visto que sua presença nesse espaço ainda era ausente, por não dominarem a língua necessária para se fazerem vistos e ouvidos”. E aqui se refere não apenas ao uso restrito da língua, mas em outras práticas sociais como circular com êxito nos vários ambientes acadêmicos, executar ações que requerem conhecimentos da linguagem informatizada, compreender e produzir textos, usar o português padrão nos trabalhos escritos e nos seminários.

A tese abre espaço para falas de alguns caciques como Akroiarere Parkateje, que destaca a importância dos universitários indígenas “para garantir os direitos e o futuro da comunidade”. Zeca Gavião da aldeia Kyikatjê, que alerta: “Eu sempre falo pra eles que estão estudando: vocês não podem esquecer de onde vocês vieram, o que vocês são”. E a cacique Kátia Akrâtikatejê aconselha: “você vai estudar e enriquecer seu conhecimento e quando voltar vai passar pra comunidade, nunca deixando de ser quem você é”.

Para Flávia Lisboa, tudo indica que o próximo passo do povo Gavião é “demandar revisões nas metodologias de ensino, na burocracia, no currículo, nas abordagens epistemológicas e também na colonialidade linguística imperante nesse espaço” para que seus alunos tenham condições não apenas de acessar, mas de permanecer e finalizar a graduação, seriamente ameaçada pelo governo Bolsonaro.

“Agora entendo a resistência indígena”, concluiu Flávia. “Não estamos lidando com um aluno comum, mas com um remanescente de uma guerra, que hoje busca na universidade instrumentos para fortalecer seu povo nesse *continuum* de embate que não cessou. Um aluno que no contato com a sociedade nacional está em busca de instrumentos, que são os conhecimentos construídos pela ciência moderna, para lidar com o branco que os ameaça no cotidiano presente”.

P.S. – **Flávia Marinho Lisboa**: “Língua como linha de força do dispositivo colonial: os Gavião entre a aldeia e a universidade”. Tese. Letras. UFPA. 2019. Banca: Ivânia Neves (orientadora), Ângela Chagas (UFPA), Rosário Gregolin (UNESP), Jerônimo Silva (UNIFESSPA) e José R. Bessa Freire (UNIRIO/UERJ).

Esta “balbúrdia” foi precedida por outras recentes “balbúrdias” sobre o tema, das quais participei como membro das bancas:

1) **Luis Enrique Rivera Vela**. *Incluídos e Invisíveis? Estudantes indígenas em universidades no Peru e no Brasil*. 2019. Tese em Antropologia UFF.

2) **Marcos André Ferreira Estácio**. *Juventudes Indígenas em Espaços Urbanos amazonenses: narrativas saterê-mawê*. 2019. Tese em Educação. UERJ

3) **Patrick de Rezende Ribeiro**. *Tradução como to`mpey: tentativas de reparação das histórias, das identidades e das narrativas indígenas*. 2019. Tese. Estudos da Linguagem. PUC-RJ

4) **Luciano Cardenes Santos**. *Da tutela à interculturalidade: projetos indigenistas, educação superior e autonomia Tikuna*. 2018. Tese em Antropologia Social. UNICAMP

5) **Ana de Melo**. *Dja Guatá Porã: O Conselho Indigenista Missionário na trajetória do Movimento Indígena no Brasil (1972-1988)*. 2019. Exame de qualificação. Doutorado em História – UERJ.

6) **João Gabriel da Silva Ascenso**. *A revolta indígena: o índio que se movimenta e seu conteúdo cosmológico e político entre os anos de 1970 e 1980*. 2019. Exame de qualificação. Doutorado em História Social da Cultura – PUC/RJ.

* José Ribamar Bessa Freire é jornalista, escritor, pesquisador, professor universitário e fundador do jornal Porantim

Proposta para a inclusão de línguas indígenas da Bacia Amazônica brasileira como parte integrante do Patrimônio Material e Imaterial da Humanidade

Assim como na literatura grega clássica e em numerosas outras tradições, o conhecimento não está unicamente escrito, mas igualmente na mente de homens e mulheres que o transmitem de geração em geração

Por **Pierre Pica**, **Noam Chomsky** e **Valeria Chomsky**, para o *Le Monde Diplomatique*

A língua e a diversidade linguística abrangem pelo menos quatro dos critérios estabelecidos para a preservação do *patrimônio material*, conforme definido pela Convenção do Patrimônio Mundial de 1972:

1. Cada língua ou seu respectivo conjunto de línguas relacionadas representa uma obra-prima da capacidade criativa humana e do significado cultural.

2. Línguas individuais ou conjuntos de línguas relacionadas carregam um testemunho único ou pelo menos excepcional da tradição cultural e das civilizações existentes ou desaparecidas.

3. Conjuntos de línguas relacionadas são representativos de uma cultura e da interação humana com o meio ambiente, um assunto de especial importância quando as línguas se tornaram vulneráveis sob o impacto de mudanças irreversíveis, impostas externamente.

4. Conjuntos de línguas relacionadas estão direta ou tangivelmente associados a eventos ou tradições vivas, com ideias e crenças, e com obras artísticas e literárias de significado universal insubstituível.

Além disso, a língua e a diversidade linguística satisfazem pelo menos dois dos critérios estabelecidos para a preservação do *patrimônio imaterial*, conforme definido pela Convenção de 2003:

1. Línguas individuais ou conjuntos de línguas relacionadas representam as práticas, representações, expressões, conhecimentos e habilidades de comunidades, grupos ou indivíduos.

2. Cada língua ou conjuntos de línguas relacionadas representam um patrimônio cultural específico, transmitido de geração em geração e constantemente recriado por comunidades e grupos em resposta ao seu ambiente, sua interação com a natureza, sua história e suas aspirações. Eles proporcionam a essas comunidades um senso de identidade e de continuidade, ao mesmo tempo que promovem o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.

Diante dessas considerações, estimulamos a Comissão da Unesco a tomar medidas preliminares para preparar e garantir a apresentação da documentação adequada para a inclusão das línguas indígenas da Bacia Amazônica brasileira como parte integrante do patrimônio material e imaterial da humanidade.

Recomendamos que, da mesma forma que a Unesco reconhece o valor de uma cidade em particular, ela tam-



As línguas dos povos da Bacia Amazônica brasileira compõem a pluralidade linguística terrestre

bém reconheça o imenso valor das línguas da Amazônia e da variação observada entre elas e famílias de línguas relacionadas e não relacionadas, como parte central da existência e criatividade humanas.

Reforçamos que o reconhecimento dessas tradições orais é urgente e que, certamente, a tradição letrada é uma parte estreita da história humana.

Assim como na literatura grega clássica e em numerosas outras tradições, o conhecimento não está unicamente escrito, mas igualmente na mente de homens e mulheres que o transmitem de geração em geração, sendo,

É importante ressaltar que o reconhecimento da Unesco ajudaria a elevar ou pelo menos mitigar consideravelmente as severas ameaças atuais que colocam essas populações em grave perigo

consequentemente, frágil diante de práticas políticas e econômicas destrutivas.

É importante ressaltar que o reconhecimento da Unesco ajudaria a elevar ou pelo menos mitigar consideravelmente as severas ameaças atuais que colocam essas populações em grave perigo.

Consideramos que essas línguas e suas variações constituem uma herança cultural única em vários domínios, envolvendo a classificação botânica, a astronomia, a física, a filosofia, a antropologia e a psicologia, bem como a linguística.

Incitamos as instituições brasileiras a tomar as medidas apropriadas para sustentar os padrões educacionais locais e as sociedades e culturas regionais, reconhecendo as línguas locais dentro das instituições educacionais e, o mais importante hoje, as medidas para proteger essas sociedades altamente ameaçadas pelo poder econômico e suas manifestações políticas.

Grande parte da diversidade que ainda pode ser observada no Brasil é resultado de esforços enérgicos de indivíduos notórios como os irmãos Villas-Bôas e Darcy Ribeiro, em contraste com as políticas destrutivas colocadas em prática na Europa e nos Estados Unidos. Hoje, iniciativas mais coordenadas e oficialmente sancionadas são imperativas.

Gostaríamos de apelar aos nossos colegas para que comecem a preparar a documentação pertinente que apoiará essa candidatura para a inclusão das línguas indígenas da Bacia Amazônica brasileira como parte integrante do patrimônio material e imaterial da humanidade e a se unir para garantir que essa proposta seja levada adiante em vista das atuais ameaças enfrentadas por essas populações.

Concluimos esta nota enfatizando que a inclusão dessas línguas no patrimônio material e imaterial da humanidade está em conformidade com a recomendação do parágrafo 137 sobre os bens em série das Diretrizes Operacionais para a Implementação do Documento da Convenção do Patrimônio Mundial (ref. WHC.16/01, de 26 de outubro de 2016), uma vez que o grupo de línguas envolvidas constitui realmente um recurso único para o estudo da criatividade humana e sua variedade.

* **Pierre Pica** é pesquisador associado do Centro Nacional de Pesquisa Científica (Paris) e pesquisador associado do Instituto do Cérebro da UFRN, em Natal; **Noam Chomsky** é professor laureado da Universidade do Arizona e professor emérito do MIT; e **Valeria Chomsky** é pesquisadora associada do Departamento de Linguística da Universidade do Arizona.

Assine o
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
Banco Bradesco
Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios
SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
SKYPE: Adm Jornal Porantim
www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!



Texto e desenho: Rafael Campos Rocha

